

ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE
VITÓRIA (EMESCAM)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E
DESENVOLVIMENTO LOCAL

MANAIRA SANTOS MEDEIROS

**DESENVOLVIMENTO (IN)SUSTENTÁVEL: O CASO DA ARACRUZ CELULOSE
(FIBRIA) NO ESPÍRITO SANTO**

VITÓRIA/ES
2013

MANAIRA SANTOS MEDEIROS

**DESENVOLVIMENTO (IN)SUSTENTÁVEL: O CASO DA ARACRUZ CELULOSE
(FIBRIA) NO ESPÍRITO SANTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM), como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local.

Orientador: Prof. Dr. César Albenes de Mendonça Cruz

VITÓRIA/ES
2013

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca da EMESCAM, Espírito Santo, ES, Brasil)

Medeiros, Manaira Santos

M488d Desenvolvimento (in)sustentável : o caso da Aracruz celulose
(Fibria) no Espírito Santo / Manaira Santos Medeiros. – 2013.
106 f.

Orientador: César Albenes de Mendonça Cruz.

Dissertação (mestrado) – Escola Superior de Ciências da Santa
Casa de Misericórdia de Vitória, EMESCAM.

1. Capitalismo. 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Comunidades
tradicionais. I. Cruz, César Albenes de Mendonça. II. Escola
Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória.
EMESCAM. III. Título.

CDU: 36

MANAIRA SANTOS MEDEIROS

**DESENVOLVIMENTO (IN)SUSTENTÁVEL: O CASO DA ARACRUZ CELULOSE
(FIBRIA) NO ESPÍRITO SANTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM), como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local.

Aprovada em 17 de junho de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. César Albenes de Mendonça Cruz
Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória
(EMESCAM)
Orientador

Prof^a. Dr^a Gilsa Helena Barcellos
Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória
(EMESCAM)

Prof^a. Dr^a Marilda Teles Maracci
Universidade Federal de Viçosa/MG (UFV)

Dedico às comunidades indígenas, quilombolas, aos sem-terras e camponeses, guerreiros de luta, que não se acovardam diante do inimigo gigante e poderoso.

AGRADECIMENTOS

Aos meus filhos, Lucca e Maya, fontes de força e inspiração, as razões da minha vida.

Aos meus pais, Rogério e Beth, pelo eterno apoio e disponibilidade em tornar este projeto possível, mas, principalmente, pelos valores, ética e amizade: a meu pai por me ensinar a ver e sentir o que passa despercebido pela maioria míope. Este trabalho é resultado da história que ele ajudou a construir; à minha mãe pela parceria, dedicação, ajuda e amor incondicional. São meus maiores exemplos e orgulhos.

Aos meus irmãos, Apoena e João, pelos momentos juntos.

À minha amada tia Zira pela presença e carinho. Um exemplo de doação sem esperar nada em troca.

Aos meus amigos, aqueles que sempre compartilham alegrias, dificuldades e tristezas, meu fraterno obrigado.

Às lideranças dos movimentos sociais, companheiros de luta, que me receberam de braços abertos para este trabalho e que sempre me impressionam com seu saber. Obrigada pelos ensinamentos.

Ao Prof^o Dr^o César Albenes Cruz pela compreensão e apoio.

Às Profs^a. Dr^a. Gilsa Barcellos e Dr^a Marilda Macacci pelas orientações e ajuda para a definição do material pesquisado.

Aos professores e alunos do mestrado pela troca de experiências.

Às peças que a vida prega e que tornaram a reta final deste mestrado um desafio sem tamanho. É das dificuldades que vêm a evolução e o amadurecimento.

Temos que parar de destruir e salvar o mínimo indispensável do nosso patrimônio natural, mesmo prossequindo o desenvolvimento industrial. Sejamos, acima de tudo, humanos.

(Augusto Ruschi)

RESUMO

O modelo de desenvolvimento hegemônico ameaça a sustentabilidade e promove profundas desigualdades sociais no País. Ao mesmo tempo em que explora à exaustão os recursos naturais e discrimina as minorias, o capitalismo dissemina o conceito de desenvolvimento sustentável apenas para oferecer uma resposta aos debates sobre a questão ambiental. Na prática, porém, ao não questionar o modelo de produção e consumo, é um termo que se consolida apenas como peça ideológica. O empreendimento da Aracruz Celulose, no norte do Espírito Santo, é um exemplo claro desse sistema que segrega e desconhece o outro e o meio ambiente, assim como desconhece as relações dos povos tradicionais com a terra e os recursos provenientes dela. Implantada do norte do Estado, com dinheiro público, a empresa está ligada a um histórico de irregularidades, crimes ambientais e grilagem de terras. Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar as contradições do termo desenvolvimento sustentável em uma sociedade capitalista, a partir do caso Aracruz Celulose. Já os objetivos específicos são: descrever o modelo econômico dominante e as alternativas ao capitalismo; caracterizar o processo de implantação da empresa no norte capixaba; compreender a visão das comunidades impactadas e oferecer um panorama atual da relação entre a empresa e os índios, quilombolas e camponeses. Para discorrer sobre essa problemática, foi conduzida uma pesquisa do tipo estudo de caso, consistindo-se no levantamento bibliográfico e documental para mostrar como se deu o processo de implantação da empresa no norte do Espírito Santo e o histórico de sua atuação. Numa segunda etapa, foi realizada uma abordagem qualitativa, para compreender a visão dos movimentos que têm como questão central a luta pela terra: indígenas, quilombolas, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Em mais de 40 anos de atuação no território que pertence às comunidades tradicionais, a Aracruz promoveu e continua a promover graves violações. Mas, com o poder que exerce na Justiça, na grande mídia e na classe política, passa impune a esses episódios. Os vultosos recursos que injeta em ferramentas de *marketing* e a constante criminalização dos movimentos sociais que têm como questão central a terra associam a empresa ao progresso, à geração de empregos e às responsabilidades social e ambiental. Ideologia que é predominante na maioria da sociedade, embora com base em um discurso falso, que pretende vender

uma imagem “verde”, para esconder uma atuação “marrom”. Ao não buscar estabelecer novas formas de produção e consumo, respeitar os seres humanos e compreender que os limites ambientais são cada vez mais restritos, o conceito que a empresa prega em suas peças publicitárias, discursos e relações de poder é falso e ilusório. O desenvolvimento econômico promovido pela Aracruz Celulose não é e nunca foi sustentável.

Palavras-chave:Capitalismo. Desenvolvimento sustentável. Comunidades tradicionais.

ABSTRACT

The hegemonic development model threatens the sustainability and promotes deep social inequalities in the country. At the same time that it explores exhaustively the natural resources and discriminates minorities, the capitalism spreads the concept of sustainable development, only to offer answers to the environmental debate. However, in practice, by not questioning the production and consumption models, this term is consolidated only as an ideological piece. Aracruz Celulose, a multinational company settled in the north of the State of Espírito Santo, is a clear example of a system that segregates the individual and the environment. Also, it ignores the relationship of traditional communities with the land and the resources it provides. Installed in the North of the state by government sources, the company has a history of irregularities, environmental crimes, and land grabbing . The general purpose of this research is to analyze the contradictions of the expression sustainable development in a capitalist society, from the Aracruz Celulose case. The specific objectives are: describe the dominant economic model and the alternatives to capitalism; characterize the process of the company implantation in the north of the state; understand the point of view of the communities affected; and provide a current overview of the relationship between the company and the Indians, 'maroons', and peasants. To discuss these issues, a case-study research was conducted, consisting of a bibliographic and documental recollection to show how the implantation process of the company in the state was conducted, and the historic of its performance. In a second stage, a quantitative approach was performed to understand the point of view of social movement that have the fight for the land as their central focus, such as Indians, maroons, Small Farmers Movement (MPA), and the Movement of Landless Rural Workers (MST). In more than 40 years installed in a land that belongs to the traditional communities, Aracruz promoted and still promotes serious violations. But with the power it exerts in the law system, influential media, and the political body, the company goes on, unpunished by these episodes. The huge amounts of money Aracruz injects in marketing and the constant criminalization of the social movements that have the land as their central focus, wrongly associates the company to progress, job creation, social and environmental responsibilities. This ideology, which is predominant in the majority of society, although based on a false discourse, is used by Aracruz Celulose to sell a

“green” image, in an attempt to hide its “brown” activities. When not trying to establish new forms of production and consumption, respect the human beings and understand that environmental limits are increasingly reduced, the concept the company adopts in its advertisements, discourses, and power relations is false and illusory. The economic development promoted by Aracruz Celulose is not and never was sustainable.

Key Words: Capitalism. Sustained development. Traditional communities.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- AGB — Associação dos Geógrafos do Brasil
- ADI — Ação Direta de Inconstitucionalidade
- ARCEL — Aracruz Celulose S.A.
- ARFLO — Aracruz Florestal S.A.
- BANDES — Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo
- BNDE — Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
- BNDES — Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- BOVESPA — Bolsa de Valores de São Paulo
- BVRIO — Bolsa Verde do Rio
- CERFLOR/PEFP — Programa Brasileiro de Certificação Florestal
- CESAN — Companhia Estadual de Saneamento
- CNUMAD — Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e
Desenvolvimento
- COC — Cadeia de Custódia
- CST — Companhia Siderúrgica de Tubarão
- CODES — Companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo
- COFAVI — Companhia Ferro e Aço de Vitória
- CONPACEL — Consórcio Paulista de Papel e Celulose
- CPI — Comissão Parlamentar de Inquérito
- CVRD — Companhia Vale do Rio Doce
- DEM — Democratas
- DNOS — Departamento Nacional de Obras de Saneamento
- DTC — Departamento de Terras e Cartografia
- ECF — Dióxido de cloro
- ECO 92 — Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e
Desenvolvimento
- ECOTEC — Economia e Engenharia Industrial
- EIA/RIMA — Estudos e Relatório de Impacto Ambiental
- ETA — Estação de Tratamento de Água
- ETE — Estação de Tratamento de Esgoto

FASE — Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

FAT — Fundo de Amparo ao Trabalhador

FHC — Fernando Henrique Cardoso

FSC — Forest Stewardship Council

FUNRES — Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo

GT — Grupo de Trabalho

IBC — Instituto Brasileiro de Café

IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS — Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços

IDAF — Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal

IEMA — Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

IFC — International Finance Corporation

INCRA — Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INED — Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Social e Econômico

ISO — International Organization for Standardization (Organização Internacional Para a Standardização)

ITUFES — Instituto de Tecnologia da Universidade Federal do Espírito Santo

IUCN — International Union For Conservation of Nature

MPA — Movimento dos Pequenos Agricultores

MPF — Ministério Público Federal

MST — Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

OEA — Organização dos Estados Americanos

OHSAS — Occupational Health and Safety Advisory Services (Avaliação da Segurança e Saúde Ocupacional)

ONU — Organização das Nações Unidas

PEC — Proposta de Emenda Constitucional

PF — Polícia Federal

PM — Polícia Militar

PND — Plano Nacional de Desenvolvimento

PNPC — Programa Nacional de Papel e Celulose

PNUMA — Programa Ambiental das Nações Unidas

PSB — Partido Socialista Brasileiro

RIO 92 — Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

RIO + 20 — Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável

RTID — Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação

SAAE — Serviço Autônomo de Água e Esgoto

STF — Supremo Tribunal Federal

TAC — Termo de Ajustamento de Conduta

TSE — Tribunal Superior Eleitoral

VCP — Votorantim Celulose e Papel

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 QUEM MANDA: O PODER DAS GRANDES CORPORações	19
2.1 DESENVOLVIMENTO (IN)SUSTENTÁVEL.....	22
2.1.1 Bases frágeis e contraditórias.....	23
2.2 ECONOMIA “VERDE”	27
2.3 CORRESPONSÁVEL: O PAPEL DO BNDES.....	30
2.4 JUSTIÇA AMBIENTAL.....	33
3 INIMIGO EM COMUM	38
3.1 CENÁRIO FAVORÁVEL	38
3.2 ARACRUZ X ARACRUZ: REALIDADE DISTORCIDA.....	48
3.3 ARACRUZ X COMUNIDADES IMPACTADAS.....	53
3.4 CRIMES AMBIENTAIS.....	58
3.5 LUTA PELA TERRA.....	66
4 FALSO VERDE	78
5. CONCLUSÃO	95
6 REFERÊNCIAS	99
APÊNDICES	104
APÊNDICE A – Roteiro de entrevista.....	105
APÊNDICE B – Termo de consentimento informado livre e esclarecido.....	106

1 INTRODUÇÃO

O modo perverso como a Aracruz Celulose chegou ao Espírito Santo, passando por cima de importantes comunidades tradicionais que ajudaram a construir a história do Brasil e, junto com elas, da mata atlântica, bioma que representa uma das áreas prioritárias para conservação, sempre foi motivo de questionamentos e críticas do meu olhar de jornalista preocupado com as questões relacionadas com os direitos humanos e com o meio ambiente.

Desde o início de minha carreira, acompanho as consequências da implantação da empresa no norte capixaba e os impactos econômicos, sociais e ambientais gerados às comunidades quilombolas do Sapê do Norte, antigo território formado pelos municípios de São Mateus e Conceição da Barra, às aldeias Tupiniquim e Guarani de Aracruz e às famílias camponesas. A luta pela terra é o que unifica esses movimentos, diante do inimigo em comum: a Aracruz Celulose, principal concentradora de terras do Estado, que explora territórios tradicionais para vender, no exterior, matéria-prima para produção de celulose.

A imposição do empreendimento a essas comunidades, com apoio do governo militar e a união de esforços do governo estadual e da elite capixaba, propagou o falso discurso do progresso e geração de empregos que está presente na sociedade até hoje, mais de 40 anos depois. Somado ao poder que a empresa exerce na Justiça, na classe política e nos grandes veículos de comunicação, consolidou-se o conceito de uma empresa social e ambientalmente responsável, exaustivamente explorado pela Aracruz Celulose em suas peças publicitárias e discursos.

O trabalho jornalístico divulgado em Século Diário, desde sua criação, em 2000, com críticas as violações ambientais e aos direitos humanos promovidos pela Aracruz Celulose já resultaram em 34 processos judiciais movidos pela empresa contra o veículo e jornalistas como forma de intimidação. Entre as ações, estão queixas-crime, ações penais públicas e privadas, interpelações, inquéritos policiais e ações ordinárias.

Esse cenário favorável à empresa esconde um grave histórico de violações, crimes ambientais, grilagem de terras, fraudes e violência, motivos pelos quais considero o caso Aracruz Celulose o mais emblemático para retratar as estratégias utilizadas por empresas capitalistas para continuar avançando com suas atividades predatórias e, assim, obter mais lucros. A implantação de agendas ambientais, a exploração de termos que viraram moda, como desenvolvimento sustentável e economia verde, e investimentos cada vez mais altos em *marketing* estão entre as ações da Aracruz Celulose que têm o único objetivo de mostrar princípios “verdes”, quando, na verdade, a realidade nas comunidades vizinhas aos extensos plantios de eucalipto segue em direção totalmente oposta.

Para discorrer sobre essa problemática, foi conduzida uma pesquisa do tipo estudo de caso, realizada em duas etapas de trabalho. A primeira consistiu no levantamento bibliográfico e documental para mostrar como se deu o processo de implantação da Aracruz Celulose no Espírito Santo e o histórico de sua atuação em diversos aspectos, principalmente, em relação às comunidades impactadas e ao meio ambiente.

Na segunda etapa, foi realizada uma abordagem qualitativa, para compreender a visão dos movimentos que têm como questão central a luta pela terra: indígenas, quilombolas, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Ao todo foram captados relatos de cinco lideranças, uma de cada movimento, com exceção do caso quilombola, em que duas pessoas participaram da entrevista. As lideranças são do sexo masculino e estão na faixa dos 40 anos. As entrevistas foram realizadas entre agosto de 2011 e março de 2012, e os critérios de escolha foram participar efetivamente dos movimentos e ter histórico de engajamento na luta. Não foi detectada necessidade de entrevistar outros atores dos movimentos em questão, a partir do entendimento de que a visão daqueles que participaram da entrevista reflete a opinião de todo o conjunto.

Segundo Minayo,¹ os instrumentos utilizados nesse tipo de abordagem são dados secundários visando à contextualização do problema. Foram utilizados documentos escritos e material primário recolhido em campo, por meio de entrevistas, grupos focais e observação. Metodologicamente, evidenciam: “[...] ligações causais entre

intervenções e situações da vida real; o contexto em que uma ação ou intervenção ocorreu ou ocorre; o rumo de um processo em curso e maneiras de interpretá-lo [...]”.¹

A visão de índios, quilombolas e camponeses foi compreendida a partir de um roteiro de entrevistas individuais semiestruturadas (Apêndice A), com questões sobre o modo de vida das comunidades antes da chegada da Aracruz Celulose, para fazer um paralelo com os dias atuais. Buscou-se ainda saber a opinião desses atores sobre o que consideram um desenvolvimento sustentável, comparando com o discurso propagado pela empresa.

Esta pesquisa foi conduzida segundo a Resolução CNS/196/96 do Conselho Nacional de Saúde (CNS)/Ministério da Saúde (MS) e após aprovação no Comitê de Ética e Pesquisa, sob o nº 142/2011. Os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B) e pretende-se que os resultados possam se transformar em instrumento eficaz para mudanças relativas à questão ambiental e que as comunidades envolvidas tenham acesso a eles, fortalecendo sua luta.

O objetivo geral é analisar as contradições da noção de desenvolvimento sustentável em uma sociedade capitalista, considerando o caso da Aracruz Celulose no Espírito Santo. Já os objetivos específicos são: descrever o modelo econômico dominante e as alternativas ao capitalismo; caracterizar o processo de implantação da empresa no norte capixaba; compreender a visão das comunidades impactadas pela monocultura do eucalipto; e oferecer um panorama atual da relação entre a Aracruz e os índios, quilombolas e camponeses.

No primeiro capítulo deste trabalho, foram pesquisados o sistema capitalista, a origem do termo desenvolvimento sustentável e as propostas alternativas de desenvolvimento, como os movimentos de justiça ambiental e ecossocialismo.

No segundo capítulo, são detalhados os principais episódios que marcam a atuação da Aracruz no Espírito Santo, o que inclui as irregularidades para se apropriar dos territórios quilombolas e indígenas e das terras devolutas do Estado, os crimes ambientais que pesam sobre a empresa e os processos de recuperação das terras tradicionais.

E, por último, a partir de relatos de representantes dos movimentos, é oferecido um panorama do cenário que envolve a empresa e a realidade das comunidades impactadas. Por trás das boas intenções, as reais intenções.

Embora a Aracruz Celulose tenha sido rebatizada para Fibria em 2009, após a venda para a Votorantim, neste trabalho é adotado o antigo nome. Primeiro, porque a empresa não alterou sua relação com as comunidades. Os processos de cooptação até se agravaram, já que ocorrem de maneira silenciosa e ideológica. E, principalmente, para não atender à estratégia da Aracruz que tenta, assim, se desvincular de mais de 40 anos de violações no Espírito Santo.

2 QUEM MANDA: O PODER DAS GRANDES CORPORAÇÕES

O modelo econômico capitalista é um sistema excludente e fragmentando, responsável por promover a crescente destruição do meio ambiente e as desigualdades sociais no Brasil. Dividido em duas classes antagônicas, os proprietários dos meios de produção e os detentores da força de trabalho, atende aos interesses de grandes *lobbies* econômicos, valendo-se da exploração voraz dos recursos humanos e materiais do planeta, que retornam como mercadorias utilizadas na busca pela maximização dos lucros.

A globalização torna os efeitos desse modelo ainda mais evidentes, ao propagar um desenvolvimento voltado apenas para o capital, sem que os mecanismos de exploração estabeleçam meios menos destrutivos de produção e que priorizem as questões sociais e ambientais nas quais está inserida a humanidade.

A forma descontrolada de exploração dos recursos naturais e sociais pelo capitalismo revela, por outro lado, sua contradição. À medida que se utiliza de formas desestruturadoras e predatórias para se manter dominante, deixa de preservar as condições essenciais para que se expanda. Isso porque a falta de limite à ânsia devastadora do capital gera cada vez mais o esgotamento dos recursos naturais, que são finitos, e impactos irreversíveis, que comprometem a qualidade de vida e a própria continuidade da vida.

A ideologia econômica dominante é responsável ainda por transformar as relações entre sociedade e natureza, à medida que retira o trabalhador de seus próprios meios de subsistência para submetê-lo a relações de trabalho degradantes, e também de seu local de origem, provocando o êxodo rural.

Essas transformações são resultados da consolidação da propriedade privada. O capital se apropriou das terras antes pertencentes aos camponeses que, expulsos do campo, passaram a ocupar os centros urbanos, tornando-se força de trabalho para o capital. Ao invés de produzirem para o próprio sustento na atividade agrícola e cultivar

suas tradições, passam a formar o exército industrial ativo e o de reserva – os já absorvidos pelo capital e os desempregados com possibilidade de serem absorvidos.

Atraídos pelas promessas de emprego, muitos trabalhadores que migram para os grandes centros passam a engrossar as favelas das cidades, formando os bolsões de miséria. Representam a parte da população desassistida pelo poder público, que carece de serviços básicos, como saúde, educação e segurança. Essa realidade ocorre em todas as regiões onde estão instalados os projetos que atendem ao capital, que se contrapõem à massiva propaganda das empresas do sistema, que associam suas atividades ao progresso e à geração de empregos.

Os trabalhadores passam, então, a pertencer ao capital e sua força de trabalho é convertida em mercadoria, com o objetivo de extrair a mais-valia. “É a natureza servindo aos propósitos da acumulação; moto-contínuo, a relação entre proprietário e trabalhador resume-se à exploração manifesta da compra e venda da força de trabalho”.²

A transformação da produção agrícola sob a lógica da revolução industrial e a apropriação dos recursos naturais e humanos resultaram na “falha metabólica” identificada por Karl Marx, citada por Ramos:³

Nesse processo de exploração e de controle, pelo capital, dos recursos naturais, a interação metabólica, entre homem e natureza, foi sendo cada vez mais perturbada, com a lei da extração do lucro máximo, ao subtrair do solo seus elementos constituintes, sem a preocupação de reconstituí-los, dado o objetivo imediato de obter mais lucros.

Tal condição foi estabelecida pelo sistema capitalista, já que nas sociedades anteriores a degradação ambiental atingia níveis que não ameaçavam a sustentabilidade e o futuro da humanidade. O objetivo principal não consistia na obtenção do lucro e na formação de um exército industrial de reserva. O excedente produzido destinava-se às trocas, com o fim de assegurar a manutenção do trabalhador individual e de sua família, além da comunidade onde se insere.²

Não havia, também, interesse em tecnologias avançadas, o que não estimulou o estabelecimento das forças produtivas. O modelo econômico vigente, ao contrário, promove desenvolvimento tecnológico, substituindo os trabalhadores por maquinários.

Essas relações de produção capitalistas são favorecidas pelo papel do Estado, que controla e legitima os interesses privados, ao ceder à pressão das grandes empresas que detêm o poder de investimento. O Estado é quem oferece inúmeras vantagens ao capital, para que perpetue sua degradação social e ambiental, muitas vezes com dinheiro público.

Assim, embora dependam do meio ambiente e da força de trabalho para seu processo de reprodução, em busca de mais lucros, as empresas beneficiadas pelo modelo econômico vigente implantam suas agendas ambientais apenas para mostrar uma responsabilidade ambiental e social à população dos locais onde atuam, mas sem interesses em discutir alternativas de minimizar os impactos de suas atividades predatórias.

Enquanto o meio ambiente emite alertas cada vez mais graves e que exigem, mais do que ações emergenciais, uma reflexão do tipo de desenvolvimento em vigor, os debates sobre a questão ambiental ficam reduzidos a um caráter simplório, concentrados apenas em transferir para cada indivíduo a responsabilidade por adotar práticas convencionadas como ecologicamente corretas, isoladamente. Assim, “[...] ocultam-se os reais determinantes da ‘questão ambiental’: o sociometabolismo do capital e a impossibilidade de superação da produção destrutiva pelas vias do progresso técnico”.²

Embora constantemente questionado, o sistema, que já demonstrou claramente que não propicia benefícios às comunidades onde está inserido e muito menos respeita os recursos naturais, encontra respaldo para se manter dominante, dominador e predador.

2.1 DESENVOLVIMENTO (IN)SUSTENTÁVEL

O termo desenvolvimento sustentável está presente nos mais antagônicos discursos sobre a temática ambiental no Brasil. Legitimado e difundido principalmente após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) – também conhecida como Rio 92, Eco 92 ou Cúpula da Terra – realizada no Rio de Janeiro, passou a ser utilizado de forma indiscriminada por diferentes setores da sociedade. O consenso em torno desse conceito já demonstra sua aparente banalização. A isso soma-se a impossibilidade de conciliar duas palavras que não se completam: desenvolvimento e sustentabilidade.

A exploração do termo sob ângulos diferentes e por segmentos que compartilham de interesses opostos coloca em evidência a fragilidade de sua definição, o que permite as mais variadas interpretações, de acordo com a conveniência. A maioria dos fóruns ambientais e conferências internacionais, porém, incorpora três princípios principais: crescimento econômico, preservação dos ecossistemas e redução da pobreza, numa perspectiva de agregar um ao outro.

Uma rápida passagem pelas concepções de desenvolvimento e sustentabilidade já mostra que se trata de um conceito ambíguo. Um atende aos interesses do modelo econômico dominante, o capitalismo. Já o outro prega o equilíbrio do meio ambiente às presentes e futuras gerações, o que significa entender que os recursos naturais são finitos. Como o capitalismo não permite que seja colocado obstáculo à sua ânsia devastadora de se expandir e, assim, obter mais lucro, harmonizar essas duas concepções em um só termo é uma tentativa ilusória de oferecer soluções à questão ambiental.

A categoria ‘desenvolvimento’ provém da área da economia dominante. Ela obedece à lógica férrea da maximalização dos benefícios com a minimalização dos custos e do tempo empregado. Em função deste propósito se agilizaram todas as forças produtivas para extrair da terra literalmente tudo o que é consumível [...] A categoria ‘sustentabilidade’ provém do âmbito da biologia e da ecologia, cuja lógica é contrária.⁴

A redução da pobreza como solução para acabar com a degradação ambiental, lógica estabelecida ainda em debates que antecederam as conferências internacionais sobre o tema, coloca em evidência mais uma deficiência do termo. Ao invés de tratar a pobreza como resultado do modelo capitalista, inverte o problema. Não é o capital o consumidor voraz dos recursos naturais, e sim as camadas menos favorecidas, por não proverem de condições para garantir o desenvolvimento sustentável. “Se o crescimento econômico não leva nem à sustentabilidade ecológica nem à remoção da pobreza é claramente um não-objetivo para o desenvolvimento sustentável”.⁵

As ambiguidades do termo fazem com que muitos autores já não o utilizem nos debates ambientais, recorrendo a palavras mais apropriadas, como sustentabilidade, que agrega princípios em sete áreas importantes: social, econômica, ecológica, cultural, espacial, política e ambiental. Outros trabalham a concepção de sociedades sustentáveis, que possibilita a cada uma delas definir seus padrões de produção e consumo, bem como o de bem-estar a partir de sua cultura, de seu desenvolvimento histórico e de seu ambiente natural.⁶

As empresas capitalistas se utilizam constantemente do termo desenvolvimento sustentável na tentativa de esconder os impactos de suas atividades predatórias, mas o conceito que virou moda em peças publicitárias e discursos já nasce fragilizado e passa a ser disseminado e explorado à exaustão pelo capital, na tentativa de difundir sua ideologia na sociedade. Ao tentar conciliar o inconciliável e ignorar os estragos gerados pelo capital, as discussões sobre a busca pelo desenvolvimento sustentável não passam, portanto, de uma visão ilusória. “Fórmula mágica com o qual o sistema mundial de convivência e de produção pretende resolver os problemas que ele mesmo criou”.⁴

2.1.1 Bases frágeis e contraditórias

O termo desenvolvimento sustentável começou a ganhar corpo em debates ambientais posteriores à criação do Clube de Roma. Tratava-se de um pequeno grupo formado por

membros da academia, indústria, diplomacia e sociedade civil, que publicou, em 1972, o relatório “The Limits to Growth” (Limites para o Crescimento). As teses do documento foram amplamente discutidas meses depois, com a Conferência das Nações Unidas sobre o Homem e o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, na Suécia.⁷

O documento do Clube de Roma apontou, como questão central à humanidade, o crescimento demográfico e a pressão por este exercida sobre os recursos naturais, pensamento da teoria neomalthusiana, originada no final da Segunda Guerra Mundial. A fome, a pobreza e a miséria, segundo essa concepção, aumentam a pressão sobre o meio ambiente, conseqüentemente, respondem por maior degradação ambiental os países menos industrializados, os do Terceiro Mundo. A solução para controlar o crescimento demográfico seria o rigoroso controle da natalidade.

Silva,² ao contextualizar a questão, aponta que as teses do Clube de Roma foram amplamente criticadas por diversos setores do pensamento social e dos movimentos ambientalistas, devido à clara defesa do padrão de consumo dos países centrais, isentando-os de sua condição de poluidores, ao mesmo tempo responsabilizando os países mais pobres pela degradação do planeta.

Para solucionar o que seria a peça fundamental do problema, a Conferência de Estocolmo pontuou o desenvolvimento econômico e social como prioridade. A Declaração de Estocolmo afirmava que, nos países em desenvolvimento, a maioria dos problemas ambientais provia do subdesenvolvimento. Assim, eles deveriam dirigir seus esforços para o desenvolvimento. Já os países industrializados, onde a degradação era resultado da industrialização e do desenvolvimento tecnológico, deveriam esforçar-se para reduzir a distância que os separam dos demais. “O estilo de vida norte-americano tornou-se a luz que direcionaria o desenvolvimento do Terceiro Mundo”.⁸

O crescimento seria de forma acelerada, tanto nos países centrais, que manteriam o ritmo de produção, como nos países do Terceiro Mundo, numa tentativa de atingir os níveis de produção e consumo dos países capitalistas. As políticas ambientais não poderiam servir de obstáculos ao desenvolvimento.

Silva² e Layrargues⁸ abordam a questão, enfatizando que esse contexto promoveu a transferência de parte das plantas produtivas das multinacionais para os países periféricos, onde o capital se aproveitava do baixo custo da produção – força de trabalho abundante e barata, incentivos fiscais e recursos naturais à disposição. A matriz tecnológica e os setores de pesquisa, entretanto, permaneceram no Norte.

Apesar de defender o crescimento econômico em todos os países, em busca de um desenvolvimento sustentável, a Declaração de Estocolmo não apresentou em seus princípios os limites à exploração dos recursos naturais. As contribuições do encontro, marcado por impasse entre os países desenvolvidos e os do Terceiro Mundo, resultaram no Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Um ano após a conferência, surgiu o conceito de ecodesenvolvimento, formulado pelo canadense Maurice Strong, cuja proposta era a promoção de um desenvolvimento que não comprometesse os recursos naturais.⁸

Tavares⁹ também tratou desse conceito, uma alternativa ao crescimento econômico que resulta em degradação ambiental, considerando cinco dimensões: as sustentabilidades social, econômica, ecológica, espacial e cultural.

A ideia não sobreviveu por muito tempo, passando a ser considerada sinônimo de desenvolvimento sustentável. Mas, embora existissem semelhanças entre os dois, as estratégias e ideologias eram diferentes. Entre elas, o fato de o desenvolvimento sustentável não considerar a responsabilidade dos países industrializados pela degradação ambiental e defender o crescimento econômico desenfreado. Layrargues⁸ aponta que esse conceito assume claramente a postura de um projeto ecológico neoliberal que, sob o signo da reforma, produz a ilusão de se viver em um tempo de mudanças, na aparente certeza de se tratar de um processo gradual que desembocará na sustentabilidade socioambiental.

A questão ambiental voltaria ao debate em 1987, na Comissão sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Organização das Nações Unidas (ONU), presidida por Gro Harlem Brundtland, criada em 1983. Esse encontro originou o documento “Our

Common Future” (Nosso Futuro Comum) ou “Relatório de Brundtland”.¹⁰ Foi quando, de fato, se tornou notável o conceito de desenvolvimento sustentável como um processo que “[...] satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir as suas”. Pela primeira vez, introduzia-se no debate a ideia de sustentabilidade.⁵

Entre os princípios norteadores do “Relatório de Brundtland”,¹⁰ ganharam destaques os que definem como metas a eliminação da pobreza e a elevação da base de recursos. O documento conceitua uma maneira mais abrangente de desenvolvimento, que englobe não somente o crescimento econômico, como também o social e o cultural e, como ponto mais importante, coloca a unificação da economia e da ecologia nos níveis de tomada de decisão.

Em linhas gerais, também enfatizava a pobreza como uma das principais ameaças ao meio ambiente e o crescimento econômico como passo essencial para solucioná-la. Diversos autores criticam o documento. Embora haja o reconhecimento de que o crescimento até hoje comprometeu a possibilidade do desenvolvimento para as gerações futuras, sua visão normativa continua sendo a busca do crescimento econômico e do fim da pobreza”.⁵

Segundo Silva,² “[...] ao distribuir, indiferenciadamente, as responsabilidades pela degradação do planeta bem como pela superação desta, o citado relatório reproduz um discurso em cuja essência deixa de apreender as determinações da ‘questão ambiental’”. Layrargues⁹ também aborda a questão: “[...] a retirada do componente ideológico passa a ser considerada uma certa dose de ingenuidade e descompromisso, frente à falta de visibilidade do procedimento histórico que gerou a crise ambiental”.

Mas foi em 1992, com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, que o conceito de desenvolvimento sustentável passou a ser legitimado e disseminado entre diferentes segmentos da sociedade.¹¹

O encontro reuniu delegações nacionais de 175 países e firmou compromissos em duas convenções, uma sobre as mudanças climáticas e outra sobre a biodiversidade, além do documento “Declaração sobre Florestas”. Recomendações foram pontuadas

ainda na “Declaração do Rio” e na “Agenda 21”, com o objetivo de enumerar ações para o conceito de sustentabilidade apresentado como resultado da união entre o progresso econômico e material e a necessidade de uma consciência ecológica. Os documentos são considerados os mais importantes tratados ambientais globais da história da humanidade.

Ao avaliar o resultado da conferência, Rattner¹¹ considerou o material como “[...] excessivamente tecnicista e quantitativo”. Para o autor, os documentos não apontaram a teia de inter-relações que envolvem os fenômenos complexos da questão ambiental. “O diagnóstico se revela simplista, parcial e também os prognósticos e eventuais propostas sobre ele construído ou derivados serão inadequados ou irrelevantes para as mudanças que se queira induzir”.

No ano da realização da Rio 92, Diegues⁶ também já previa: “Há fortes indícios, no entanto, que ele [desenvolvimento sustentável] possa se converter em mais um dos modismos gradualmente incorporados pelas elites, sobretudo as do Terceiro Mundo”. No mesmo ano, Baroni⁵ também opinara a respeito do termo: “[...] corre o risco de ser tornar um chavão que todos usam e ninguém se preocupa em definir”.

Mais de 20 anos depois, o desenvolvimento sustentável continua a ser apenas um conceito, com propostas vazias e aplicabilidade ilusória, que não tem outro objetivo senão permitir a manutenção do modelo econômico dominante.

2.2 ECONOMIA “VERDE”

O termo que marcou a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio + 20, realizada em junho de 2012, no Rio de Janeiro, é uma das expressões da atual fase do capitalismo que, assim como o desenvolvimento sustentável, é utilizado para consolidar os interesses das grandes corporações e oferecer falsas soluções para os problemas ambientais mundiais.

Além do constante enfraquecimento na implementação de políticas públicas e dos retrocessos em relação aos direitos humanos, transforma a natureza em mercado, sujeito à ação especulativa, tendo como consequência o aprofundamento do processo de expropriação dos territórios e de exploração do trabalho e dos bens comuns. Isso é feito com base na estratégia de viabilizar o valor econômico dos recursos naturais, a partir da autorização da emissão e venda de ativos ambientais.

A principal matriz desse negócio lucrativo para as instituições financeiras e para as empresas que poluem é o mercado de crédito de carbono, criado em 1997, a partir do Protocolo de Kyoto, que estabelece um limite de emissão para cada país industrializado em relação aos gases que provocam o efeito estufa, até 2020. Para oferecer uma resposta às previsões alarmantes sobre as mudanças climáticas, ganhou força esse sistema de compensação em que as indústrias que não conseguem reduzir seus níveis de poluição são autorizadas a comprar créditos de empresas ou países que reduziram as emissões, geralmente países em desenvolvimento.¹²

No Brasil, o Banco Mundial e o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) expandiram sua área de atuação e lideraram o processo de consolidação desse mercado global. Os ativos “verdes” também são negociados pela Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), resultantes de bônus ou créditos de carbono de projetos do maior mercado de créditos de compensação, o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), e do mercado de carbono voluntário – usuários que optaram voluntariamente por compensar suas emissões. Em 2012, com a mesma proposta, foi lançada no Rio de Janeiro a Bolsa Verde do Rio (BVRio).^{12,13}

O governo federal regulamenta esse mercado com a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMD), aprovada em 2009, que aponta diretrizes para o País cumprir as metas voluntárias de redução, entre 36,1% e 38,9%, das emissões projetadas para 2020, compromisso firmado na Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima. Para isso, são priorizados planos setoriais que autorizam as negociações dos créditos de carbono no novo Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE).¹³

O fortalecimento do mercado de carbono em nível nacional também ocorre por meio dos projetos do programa de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação

(REDD), da efetivação de fundos para adaptação e mitigação das mudanças climáticas e pela criação de títulos representativos de estoques de carbono (Certificado de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal – CREDD).¹²

Os mecanismos e flexibilidades do Protocolo de Kyoto são alvos de críticas de especialistas em todo o mundo, à medida que não contribuem para a redução de emissões e aumentam a dívida financeira ilegítima e as dívidas ecológicas e sociais. Assim, permitem o aumento dos impactos gerados por empreendimentos com potencial poluidor, agravando as situações de injustiça ambiental e violações dos direitos humanos.

O mecanismo por meio do qual o limite foi estabelecido é fatalmente defeituoso e o limite já foi ‘furado’ pela introdução das compensações, enquanto o elemento comercial é, na melhor das hipóteses, irrelevante para a mudança climática, e, na pior, impeditivo à reestruturação da infraestrutura de energia e até uma desculpa para emissões maiores. Os únicos beneficiários claros têm sido as indústrias poluentes e os negociantes de carbono com seus lucros astronômicos.¹⁴

A compra e venda do direito de poluir, que permite aos países que já são os responsáveis pelo aquecimento global continuar poluindo, foram temas dos debates paralelos à Rio+20, realizados por movimentos sociais e populares. Entre os velhos e novos mecanismos utilizados pelo capitalismo para se manter no controle, foram apontados o aprofundamento do endividamento público-privado, o superestímulo ao consumo, a apropriação e concentração das novas tecnologias, os mercados de carbono e biodiversidade, a grilagem e estrangeirização de terras e as parcerias público-privadas.¹⁵

Ao estabelecer falsas soluções para os problemas ambientais, os países do Norte, os verdadeiros responsáveis pelas crises atuais, preservam sua impunidade e evitam mudanças na matriz econômica, além de tentar transferir as responsabilidades aos países do Sul que, na verdade, são os mais vulneráveis em decorrência da exploração de seu povo e riquezas naturais e das relações de sustento estabelecidas com os ecossistemas e conhecimentos tradicionais.¹²

As transnacionais protagonizam constantes violações e criminalização dos modos de vida tradicionais e dos movimentos sociais, o que leva à perda do controle social, democrático e comunitário sobre os recursos naturais e serviços estratégicos. Prevalece a privatização, que converte direitos em mercadorias e limita o acesso dos povos aos bens e serviços necessários à sobrevivência.¹⁵

As mudanças climáticas passam a ser estratégicas para oferecer uma saída à crise econômica e uma oportunidade para a criação de novos paradigmas e conceitos, como o de economia “verde”:

Assim se reduz a crise civilizatória a uma crise ecológica e a crise ecológica a uma crise climática, e esta a uma falha do mercado. A destruição ecológica se converte em um novo impulso para o crescimento e a acumulação econômica das elites. Os problemas ambientais e sociais são caracterizados como uma questão meramente tecnológica ou da falta de clareza na atribuição dos direitos de propriedade. Frente aos quais se reivindicam soluções de mercado, como os novos produtos financeiros ‘verdes’, a criação e a venda de serviços ambientais e a mercantilização da natureza, de modo geral.¹²

Parker¹³ mostra que se verifica no País uma interdependência ou atrelamento da chamada economia “verde” à economia “marrom”: [...] Quanto mais poluição e desmatamento gerados pela indústria ou pelo agronegócio, maior o valor dos ‘ativos ambientais’, valorizados com a escassez da mercadoria que representam, a biodiversidade”.

2.3 CORRESPONSÁVEL: O PAPEL DO BNDES

Essa agenda ambiental criada pelas grandes corporações provoca o que é conhecido por mercantilização da vida e financeirização da natureza. Significa tornar os bens escassos e agravar os processos de expropriação dos territórios. Tem papel fundamental nesse contexto o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), principal financiador de projetos poluidores no Brasil. Isso torna a

instituição corresponsável pelos impactos e violações gerados pelos empreendimentos que promovem a degradação social e ambiental, além de conflitos territoriais.

Pinto¹⁶ afirma que a condição atribuída ao BNDES é determinada na Lei nº 6.938/81, que disciplina a Política Nacional de Meio Ambiente. A instituição que financia entre 70 e 80% dos projetos poluidores é responsável solidária e indireta pela empresa que provoca o dano ambiental. Nos casos em que o banco é acionista das empresas que compõem os consórcios ou grupos responsáveis pela implementação dos projetos, a responsabilidade é direta. Entre as formas de violação apontadas pelo autor que aprofundam o quadro de desigualdade econômica, social e regional nas áreas de implantação dos megaprojetos e seu entorno, destacam-se:

[...] condições de trabalho análoga à escravidão; remoções forçadas de comunidades urbanas pobres; expropriação de populações de áreas rurais, dos seus meios de produção, territórios e modos de viver; desmatamento, contaminação dos solos, da água e do ar, comprometendo a biodiversidade, disponibilidade e qualidade dos recursos naturais; desestruturação das economias locais e fragilização da agricultura familiar, comprometendo a segurança alimentar; falta de informações e de participação informada das populações locais sobre os projetos; migrações massivas de trabalhadores no momento das obras, gerando inchaços urbanos, aumento do custo de vida, da violência, e pressão e maior precarização dos serviços públicos locais; especulação imobiliária; e criminalização de movimentos sociais, com perseguições e ameaças de morte.¹⁶

A trajetória do banco indica que seu papel vai muito além dos financiamentos. O BNDES se utiliza também do seu corpo burocrático e das informações sobre os agentes econômicos, para contribuir com o modelo de desenvolvimento propagado no Brasil. Tem papel fundamental também nas privatizações.¹⁶

No topo da lista de empreendimentos prioritários do banco nos últimos anos, além de obras prioritárias do governo federal, estão os grandes grupos econômicos como Aracruz Celulose (Fibria), Votorantim, Bradesco, Itaú, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Grupo Vicunha, Queiroz Galvão, Grupo EBX, Gerdau,

Perdigão/Sadia, JBS/Bertin e Vale/Bradesco. Em 2003, início do governo Lula, os investimentos foram de R\$ 35,1 bilhões, saltando para R\$ 139,7 milhões em 2011.¹⁶

Para definir e aprovar os empreendimentos que receberão financiamentos, o BNDES não considera critérios socioambientais nem estabelece mecanismos de acompanhamento dos impactos. Apenas avalia o licenciamento ambiental e os danos previstos, porém sem apontar procedimentos para minimizá-los. A instituição também não adota a transparência de seus contratos, muito menos promove a participação popular na construção de sua política socioambiental.¹⁷

Cria-se assim, segundo Ortiz,¹⁶ “[...] um complexo círculo vicioso, que não dispensa uma intrincada arquitetura financeira e de comunicação para maquiagem a realidade de verde e impor uma tênue, porém eficaz, aceitação social”. Mostra o autor que o crescimento do BNDES ocorre com base: “[...] no privilégio aos grandes conglomerados de corporações nacionais e aprofundando o modelo agroexportador extrativista, ao mesmo tempo em que cria novos fundos e produtos financeiros para lucrar com os mercados da escassez ambiental”.¹⁶

Para justificar os investimentos, as instituições financeiras se valem do discurso de que os empreendimentos poluidores promovem benefícios às regiões onde estão instalados. Mas as experiências retratam outra realidade, como o registro de elevados índices de criminalidade, problemas referentes à saúde, resultado dos impactos ambientais, e os empregos oferecidos têm caráter exploratório.¹⁷

Uma das linhas de financiamento que causam impactos socioambientais é a dirigida aos projetos de implantação da monocultura do eucalipto, que se baseia nos extensos plantios que comprometem o meio ambiente e a agricultura familiar. Nos locais onde estão esses empreendimentos, prevalece o empobrecimento do solo, a escassez da água e a redução da biodiversidade, além de serem acentuadas as desigualdades sociais e econômicas. Nesse segmento, a principal beneficiária é a Aracruz Celulose, que ocupa terras devolutas e terras tradicionais no antigo território do Sapê do Norte e em Aracruz, municípios do norte do Espírito Santo.

2.4 JUSTIÇA AMBIENTAL

Como se pôde observar, a ânsia do capital de se expandir e obter mais lucros tornou os países periféricos destino para implantação de seus empreendimentos, promovendo intensa degradação ambiental e aumento das diferenças sociais entre ricos e pobres. Mas, ao contrário do que ocorre nos países de Primeiro Mundo, nessas regiões, o capital se utiliza das tecnologias mais ultrapassadas, cujos impactos atingem, principalmente, as camadas menos favorecidas da população.¹⁸

Este fenômeno de imposição desproporcional dos riscos ambientais às populações menos dotadas de recursos financeiros, políticos e informacionais tem sido consagrado por injustiça ambiental. É nesse contexto que surge o termo justiça ambiental, com o objetivo de superar esse quadro e constituir uma nova perspectiva, a partir da integração das lutas sociais e ambientais.¹⁸

Para abordar o assunto, os autores¹⁸ se remetem a um documento interno do Banco Mundial, o “Memorando Summer”, de 1991, que ultrapassou os limites da instituição e gerou repercussão negativa, ao defender que o banco deveria incentivar mais a migração de indústrias poluentes para os países menos desenvolvidos, com base em três motivos: o meio ambiente seria uma preocupação estética típica apenas do bem de vida; os mais pobres, em sua maioria, não vivem mesmo o tempo necessário para sofrer os efeitos da poluição ambiental; pela lógica econômica, pode-se considerar que as mortes em países pobres têm custo mais baixo do que nos países ricos, pois seus moradores recebem salários mais baixos.

Essa prática do mercado passou a agravar ainda mais as condições de vida e de trabalho das classes sociais mais pobres, já desprovidas de condições dignas de habitação, saneamento e infraestrutura. Por isso, são mais suscetíveis também aos desastres ambientais.¹⁸

Com esse cenário de riscos e ameaças, surgiu, no Brasil, em 2001, a Rede Brasileira de Justiça Ambiental, após um seminário realizado em Niterói, Rio de Janeiro, reunindo

representantes de movimentos sociais e pesquisadores do País, com apoio de redes semelhantes dos Estados Unidos, Chile e Uruguai.

Constituído inicialmente nos Estados Unidos, em 1980, para combater a localização de lixo tóxico e perigoso, predominantemente em área de concentração residencial de negros, o conceito do Movimento de Justiça Ambiental se define como:

A condição de existência social configurada através do tratamento justo e do envolvimento significativo de todas as pessoas, independente de sua raça, cor ou renda no que diz respeito à elaboração, desenvolvimento, implementação e aplicação de políticas, leis e regulações ambientais. Por tratamento justo, entenda-se que nenhum grupo de pessoas, incluindo-se aí grupos étnicos, raciais ou de classe, deva suportar uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas resultantes da operação de empreendimentos industriais, comerciais e municipais, da execução de políticas e programas federais, estaduais, ou municipais, bem como das consequências resultantes da ausência ou omissão destas políticas.¹⁸

Dessa luta surgiu o termo racismo ambiental, para designar a imposição desproporcional – intencional ou não – de rejeitos perigosos às comunidades de cor, o que se dava pela disponibilidade de terras mais baratas; falta de oposição da população local, carente de recursos políticos e de organização; falta de mobilidade social e a sub-representação desses grupos nas agências governamentais responsáveis pelas decisões.¹⁸

[...] a exploração ambiental das populações mais desprotegidas faz da concentração dos males sobre os mais pobres um meio de extração de uma espécie de 'mais-valia ambiental', pela qual os capitais se acumulam pela apropriação dos benefícios do ambiente e pela imposição do consumo forçado de seus efluentes indesejáveis aos mais pobres. Configura-se assim uma relação lógica entre a acumulação de riqueza e a contaminação do ambiente: certos capitais lucram com a transferência dos males ambientais para os mais desprotegidos.¹⁸

Seiscentos delegados, em 1991, presentes à I Cúpula Nacional de Lideranças Ambientistas de Povos de Cor aprovaram os 17 princípios da Justiça Ambiental. Em linhas gerais, defendem: recursos naturais como bens coletivos, cujos modos de apropriação e gestão devem ser objetos de debate público e de controle social; melhor distribuição da renda e uso dos recursos naturais entre populações do campo e cidade; garantias à saúde coletiva; assistência a grupos afetados pelas mudanças climáticas; e valorização dos diferentes formas de viver e produzir nos territórios, reconhecendo a contribuição de indígenas, comunidades tradicionais agroextrativistas e agricultores familiares para a conservação dos ecossistemas – esses têm o direito a ambientes culturalmente específicos às comunidades tradicionais.

Para isso, o Movimento por Justiça Ambiental prega a participação popular em todas as decisões que envolvem suas comunidades. Significa modificar a realidade atual, quando as plantas industriais são instaladas sem aviso prévio ou debate, o que faz com que os moradores das comunidades impactadas não tenham a mínima noção do que está reservado ao futuro de sua região. Prática planejada pelo próprio capital, para que não encontre resistências aos seus projetos lucrativos.

Os autores defendem a necessidade de uma maior explicitação das implicações dos projetos para os direitos das populações desde o início dos processos, assim como mecanismos de controle social sobre o processo de licenciamento.¹⁸

Neste ponto, é imprescindível o registro da crítica de movimentos sociais de que há manipulação nas audiências públicas exigidas por lei. A elaboração do Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) virou um mercado lucrativo, servindo somente para legitimar os impactos do capital, assim como os Termos de Ajustamento de Conduta (TAC). Também não há empenho dos conselhos, nem do poder público em estabelecer diálogo entre empresas e comunidades impactadas. “É por meio de estratégias argumentativas e formas de luta inovadoras que os atores sociais cujas práticas têm procurado, no Brasil e no mundo, fazer do ambiente um espaço de construção de justiça e não apenas da razão utilitária do mercado”.¹⁸

De maneira geral, os exemplos deixados pelo modelo econômico dominante mostram que, nos locais onde atua o capital, as condições de vida da população não são satisfatórias. É falida, portanto, a concepção de que o desenvolvimento econômico também é sinônimo de desenvolvimento social. “Um crescimento quantitativo da economia não se traduz em bem-estar para a população. O crescimento, na melhor das hipóteses, é uma condição necessária, mas está longe de ser suficiente ao desenvolvimento”.⁸

A corrente ecológica ecosocialista também propõe alternativas ao modelo econômico em vigor. Para isso, defende o fim da propriedade privada, a eliminação de todas as formas de injustiça social, a diversidade cultural e a aproximação com a natureza, a partir da organização de núcleos regionais autônomos e da criação de comunas autossustentáveis.¹⁹

Essas correntes, que representam o contraponto ao capitalismo, consideram como sujeitos ativos do processo os integrantes de cada sociedade, inclusive os pobres, os mais impactados pela degradação ambiental, por não proverem de recursos que garantam condições de vida adequadas. Defendem ainda como prioridade o tratamento justo e o envolvimento de todos os grupos sociais, independentemente de sua origem ou renda, nas decisões sobre o acesso, ocupação e uso dos recursos naturais em seus territórios.

O livre exercício do direito de cada cidadão de participar e decidir o futuro de suas comunidades é condição primordial para que sejam questionados os modos de produção capitalista e garantido um modelo menos predatório de desenvolvimento, que não ignore as relações de poder existentes. “A [democracia] deve pressupor que os cidadãos não sejam apenas aqueles de quem se fala, [o caráter normativo das políticas], mas também aqueles a quem se fala e, se possível, embora isso se mostre muito difícil, aqueles que falam”.⁹

Silva² também coloca como centro da questão a necessidade de se estabelecer novos paradigmas:

[...] que modifiquem não apenas as relações de produção e consumo e de cada sociedade com o meio ambiente, mas também as relações entre os

próprios homens. Caso contrário, a sociedade humana – ou sua parcela majoritária – estará diante de condições de vida cada vez mais degradantes, submetida às guerras, à fome e à iniquidade. Deste dilema a humanidade não poderá escapar.²

3 INIMIGO EM COMUM

O empreendimento da Aracruz Celulose no Espírito Santo foi parte da estratégia de desenvolvimento adotada nos anos 70, pautada no conceito dos “Grandes Projetos”, que promoveu o crescimento acelerado da industrialização no Estado.

3.1 CENÁRIO FAVORÁVEL

Essa nova fase econômica foi resultado de fortes articulações de atores locais – políticos, pessoais e empresariais – representantes dos interesses de uma minoria, a elite capixaba, apoiada pelo poder público. Papel de protagonista exerceu nesse período o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que viabilizou – e viabiliza – os projetos poluidores instalados no Espírito Santo.

O processo de implantação desses empreendimentos ocorre após a crise gerada pela principal atividade econômica do Estado no início da década de 60, a cafeicultura, em consequência da expressiva elevação da oferta de café no mercado internacional. Tal crise alterou a economia local, impulsionando o processo de industrialização no Espírito Santo, que ocorreu de maneira tardia em comparação com os demais Estados do Sudeste. Seria o primeiro movimento de destruição da produção agrícola baseada na agricultura familiar.¹⁷ Segundo Lobino,²⁰ a industrialização era apresentada como a saída para a então crise econômica no Espírito Santo:

O crescimento da indústria era o foco de todos os incentivos, fundos e financiamentos realizados pela máquina pública Estadual e Federal. A vindas dos Parques Industriais para o estado, como em diversas regiões do país, foi possível graças à maciça entrada de capital estrangeiro, associado aos investimentos estatais que contemplaram a estruturação do setor produtivo capixaba através dos complexos industriais siderúrgico, para-químico e portuário.²⁰

Teve participação fundamental na consolidação dos interesses do empresariado o golpe militar de 1964, com fortes intervenções da dimensão federal do Estado, assim como ocorreu em relação aos demais pesados investimentos da descentralização da

indústria de base no Brasil. A acomodação dos interesses das elites locais já marcaria o cenário atual, que perdura até hoje no Estado, de repressão às comunidades tradicionais, às famílias camponesas e aos movimentos populares, com a imposição dos chamados “Grandes Projetos”, sem qualquer consulta popular.¹⁷

Scarim²¹ pontua que, para se implantar no Estado, a ideologia desenvolvimentista, foi preciso produzir uma versão sobre a história, uma concepção sobre o real e uma visão sobre o futuro. Dentro dessa avaliação do autor, foi construída a tese do vazio demográfico, sob a lógica de que a “[...] colonização-modernização foi um processo constante de ocupação de terras de ninguém, provocando intencionalmente a invisibilidade e a subalternização de ambientes e povos”. Quanto à concepção do real e à visão sobre o futuro, diz o autor:

[...] a expansão de áreas subalternizada deu-se pelo critério da desqualificação das áreas como atrasadas e subdesenvolvidas, num processo autoritário de desagregação da pequena agricultura familiar e de liberação de outras para usos considerados mais modernos e racionais. A visão sobre o futuro busca, a partir da desqualificação e da deslegitimação do conhecimento popular, apoiada no domínio da ciência e da técnica, ordenar o futuro.²¹

Foi nessas condições que o Espírito Santo passou a sediar não só o empreendimento da Aracruz Celulose, mas também a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) – hoje Vale –, transferida para a capital, Vitória, a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) e a Samarco Mineração, localizada em Anchieta. Projetos que resultaram em graves problemas sociais, econômicos e ambientais para a população, hoje ainda mais acentuados.

Loureiro²² afirma que a lógica dos planos desenvolvimentista dos governos militares foi implantada em perfeita sintonia com os objetivos dos planos nacionais de desenvolvimento empreendidos ao longo dos anos de 1970. Ainda de acordo com a autora:

A Aracruz Celulose S/A foi gestada, nasceu e cresceu durante a ditadura militar (1964-1985), que, no entanto, apesar de incentivar os Grandes Projetos de

Investimentos, impedia a maior participação da sociedade brasileira nesses empreendimentos e a discussão de suas conseqüências.²²

Dean²³ aborda as transformações físicas e econômicas dos anos 50 aos 70, com base na ideia difundida à época sobre o desenvolvimento econômico, apontado pelo autor como uma política governamental, parte de uma estratégia para estabelecer um discurso que vinculava o crescimento econômico à erradicação da pobreza, consolidado entre as representações do Estado, no imaginário popular e nos meios de comunicação. Assim, tornou-se fácil justificar cada ato de governo, de ditadura e de extinção da natureza. Quando, na verdade, esse crescimento econômico gerava ganhos apenas às camadas que já se encontravam no topo da escala social, intensificando a concentração de renda.

O caso específico da Aracruz, implantada no norte do Estado, é emblemático, pois ao contrário dos demais empreendimentos da época, localizados na Grande Vitória, envolve comunidades tradicionais indígenas e quilombolas e os camponeses, o que torna esses efeitos ainda mais peculiares e danosos.

O principal idealizador do projeto da Aracruz no Espírito Santo foi o empresário norueguês Erling Sven Lorentzen, casado com a princesa Ragnhild, irmã de Harald V, portanto um membro da realeza europeia. Para conseguir se implantar em condições extremamente favoráveis, Erling aliou-se a importantes personagens do regime militar, o então general-presidente da República, Ernesto Geisel, e os governadores biônicos do Estado, Cristiano Dias Lopes e Arthur Carlos Gerhardt.²⁴

Oficialmente, as atividades da empresa tiveram início no norte do Estado em 1967, com uma unidade registrada como Aracruz Florestal S. A. (Arflo). À frente desse processo estava a empresa Economia e Engenharia Industrial (Ecotec) que, desde 1950, já realizava estudos técnicos para o governo estadual e para a Companhia Vale do Rio Doce que, naquela época, buscava diversificar suas atividades.²⁵

Foi a Ecotec que, em 1966, encarregou um de seus técnicos, Leopoldo Garcia Brandão, de realizar pesquisas sobre o mercado de celulose para estruturação de uma empresa do ramo. Na ocasião, as notícias indicavam novas oportunidades locais no

setor de madeira, que se abria em âmbito internacional, motivando a intermediação de interesses no Brasil.

As alterações legislativas e institucionais ocorriam no mesmo ritmo em que movimentos nos mercados internacionais apontavam para uma pressão da demanda por papel e celulose mas, também, para grandes dificuldades de expansão da produção de madeira nos países que tradicionalmente se destacaram como grandes produtores mundiais dessa matéria-prima estratégica.¹⁷

Dalcomuni²⁵ afirma que, com os resultados, uma articulação inicial de um grupo de empresários contratou a Ecotec para novos serviços, desta vez, viabilizar estudos de localização dos projetos de reflorestamento com eucalipto para produção de celulose. Eram eles: Antônio Dias Leite Jr., Erling S. Lorentzen, Otávio Cavalcanti Lacombi, Oliva Fontenelle de Araújo, Fernando Machado Portella, Eliezer Batista, João Maciel de Moura, Álvaro Soares, José Chaldas e Renato Grajiollo.

Ainda segundo a autora, após a assinatura do contrato e da definição de que a celulose seria produzida a partir do eucalipto — pínus era a outra opção apresentada —, uma equipe de especialistas viajou por vários Estados do País, entre eles, o norte do Espírito Santo, onde encontraram condições edafoclimáticas favoráveis ao desenvolvimento de florestas de eucalipto:

[...] por representar uma região de atividade economicamente inexpressiva; topografia plana favorável à mecanização, e privilegiada localização quanto ao sistema viário, próximo ao principal polo de desenvolvimento do Estado, Vitória, e próximo ao mar, facilitando a construção de porto para exportação do produto.²⁵

A primeira extensão de terras foi entregue a preço simbólico pelo governador Christiano Dias Lopes aos empresários. Ao todo dez mil metros quadrados, antes explorados pela Companhia Ferro e Aço de Vitória, no município de Aracruz. Em seguida, os sócios foram adquirindo as áreas do entorno, avançando para os municípios de Conceição da Barra e São Mateus, incorporando ao seu território áreas de índios, quilombolas, posseiros e pequenos agricultores.²²

No dia 25 de janeiro de 1967, foi então fundada a Aracruz Florestal S. A., motivada por interesses do grupo de empresários, que pressionavam os militares para obter as vantagens fiscais ao que chamavam de reflorestamento da Lei nº 5.106/66, criada por influência da Ecotec, e que viria a ser a principal propulsora do crescimento acelerado da indústria de celulose no Estado e no País.¹⁷

Naquele momento, existiam também as linhas de financiamento vinculadas ao Instituto Brasileiro de Café (IBC)/Gerca, do Ministério da Agricultura, voltadas para a diversificação agrícola e industrial nos Estados atingidos pelos programas de erradicação de cafezais, caso do Espírito Santo. Antes disso, o setor já contava com benefícios provenientes da criação do Sistema Nacional de Crédito Rural e do Código Florestal, que ampliavam as possibilidades de investimentos para a produção de madeira, principalmente vinculados à produção de carvão e ao processamento de celulose. Os dois dispositivos eram medidas de governo após o Golpe de 1964.¹⁷

Em 1969, a Arflo contratou a firma Sandwell, do Canadá, vinculada ao Grupo Billerud, da Suécia, para a realização dos estudos de viabilização do projeto da fábrica de celulose, que foi concluído dois anos depois, apontando para a viabilidade do projeto e para a necessidade de sua reestruturação, com o objetivo de atender ao projeto industrial. A empresa que realizou o segundo estudo, a Jaakoo Poury, da Finlândia, previu escala mínima de produção de 1.300 toneladas/dia, enquanto as previsões iniciais eram de 750 toneladas/dia. O Grupo Billerud passaria mais tarde a compor o capital acionário da Aracruz Celulose.²⁵

A Ecotec, que desempenhou importante papel no desenvolvimento da indústria de celulose no Espírito Santo, era de propriedade de um capixaba do município de Alegre, Jorge Kafouri, em sociedade com Antônio Dias Leite Junior, posterior ministro das Minas e Energia, que teve papel de protagonista na criação da Lei nº. 5.106 (Incentivos Fiscais ao Reflorestamento). Os dois tinham laços de parentescos com membros do primeiro escalão do governo Jones dos Santos Neves e desenvolviam estudos técnicos de viabilidade para obras de infraestrutura daquele governo, bem como para a CVRD.²⁵

O grupo de empresários encontrou caminho livre para implantar seu projeto com a posse do governador Christiano Dias Lopes, que garantiu as condições internas para isso. Papel fundamental teve a Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes) no processo, pois encomendou ao Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Social e Econômico (Ined) um “Diagnóstico para o Planejamento Econômico do Espírito Santo”, que viria a servir de base para o plano de governo de Christiano Dias Lopes. Com as articulações, a Federação também conseguiu intensificar os incentivos fiscais com base no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), tributo estadual.²⁵

Outro esforço do governador Dias Lopes em sua articulação com o governo federal resultou no Decreto Lei nº 880, instituindo o Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (Funres), baseado na renúncia fiscal de 33,3% do Imposto de Renda e de 5% do ICMS, o qual passaria a financiar projetos industriais em nível regional.¹⁷

Na mesma linha atuou a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo (Codes), que representava a internalização do núcleo de planejamento da Findes. A Codes repassava recursos e elaborava estudos para propostas de diversificação econômica capixaba. O presidente da Companhia era o membro do conselho técnico da Federação na época de sua criação, Arthur Carlos Gerhardt Santos que, indicado pelos militares, sucederia Christiano Dias Lopes.²⁵

Em 1967, a Codes encomenda à Ecotex o estudo “Potencial Florestal e Silvicultura no Espírito Santo”, que evidencia as condições favoráveis ao desenvolvimento florestal no Estado. Concluído no mesmo ano, esse estudo serviria de base para nortear a ação financiadora da Codes, transformada em Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo, à atividade florestal. A Aracruz Celulose foi uma das beneficiadas.²⁵

Já no mandato do governador Arthur Carlos Gerhardt Santos, em 1972, foi criada a Aracruz Celulose S. A. (Arcel), com a Arflo passando à condição de subsidiária da nova empresa.

O financiamento ao projeto da empresa se viabilizaria em 1975 pelo Banco Nacional de

Desenvolvimento Econômico e Social, na época BNDE (sem o social), constituindo-se no maior financiamento concedido até então a uma empresa privada. Antes disso, a Aracruz havia buscado financiamento com a International Finance Corporation (IFC), ligada ao Banco Mundial, que não considerou o projeto viável. Orçado inicialmente em US\$ 460 milhões, mas depois corrigido para US\$ 536 milhões, coube ao banco a maior parte dos recursos, US\$ 337 milhões. O restante, 36%, foi de capital próprio, e 19% de financiamentos externos. O acordo fora assinado em 21 de agosto daquele ano, meses depois da implementação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e do I Plano Nacional de Papel e Celulose (PNPC). A partir de então, o BNDES passou a compor o controle acionário da Aracruz.²⁵

Loureiro²² mostra que não bastaria, porém, para o BNDES, financiar esse imenso volume de recursos e atuar como avalista nas operações externas: “[...] concedeu ainda à Aracruz condições excepcionais de financiamento: taxas de juros de 3% ao ano, correção monetária inicial de até 20% ao ano e abatimento do Imposto de Renda de qualquer excesso eventual”.

Quem coroou os acordos foi o governador biônico do Estado na época e atual deputado estadual por dois mandatos pelo DEM (2006-2010 e 2010-2014), Elcio Alvares. A nomeação dele no governo, em março de 1975, para substituir Arthur Carlos Gerhardt, foi considerada uma contribuição ao arranjo para o financiamento do Grupo Aracruz, já que houve uma certa reversão nos critérios de indicações, abandonando a linha técnica e adotando uma perspectiva mais favorável aos políticos locais.²⁶

Segundo a Fase,²⁶ a prioridade do governo Elcio Alvares aos grandes projetos se revelava também:

[...] no veto ao Projeto de Lei nº 93, de 20 de dezembro de 1977, de iniciativa do Poder Legislativo, o qual previa a proibição do avanço das plantações de eucalipto em áreas propícias à mecanização agrícola. Além disso, o governo estadual isentou de impostos a transmissão de bens imóveis para os casos de terrenos destinados ao reflorestamento.²⁶

Já Arthur Carlos Gerhardtth saiu do governo para assumir a presidência da Aracruz Celulose.

Três anos depois da viabilidade do projeto pelo BNDES, o então presidente da República, general Ernesto Geisel, inaugurava a primeira fábrica do Complexo Paraquímico — Fábrica A —, com capacidade para produzir 475 mil toneladas/ano de celulose branqueada de fibra curta de eucalipto. Integravam a participação acionária do empreendimento o BNDES (25,90%), a Companhia Souza Cruz (25,90%), a Fibase (14,72%), o Grupo Billerud (6,07%), o Grupo Lorentzen (5,08%), a Vera Cruz Agroflorestal (3,37%), o Grupo Moreira Salles (2,63%) e 391 acionistas minoritários (16,94%).²⁵

Barcellos²⁷ afirma que o processo de construção da fábrica, e depois o de expansão, mobilizou um grande contingente de força de trabalho masculina, desencadeando o crescimento urbano da sede e de Barra do Riacho, bairro de pescadores artesanais, localizado a um quilômetro do complexo industrial. A etapa de operação exigiu a contratação de pessoal qualificado de fora da região e a consequente implantação de um bairro exclusivo para seu uso, o Bairro Coqueiral, com 865 residências sobre uma área de 1,6 milhão de metros quadrados, que começou a ser construído em 1975.

Em 1980, a empresa cria também um loteamento numa área contígua ao bairro, com 116 lotes; em 1988, mais um, com 223 casas, e constrói ainda mais 170 casas para atender aos novos funcionários de sua primeira ampliação, que ocorreu na década de 1990.²⁸

Com a construção da Fábrica B, a Aracruz elevou o potencial de produção para 1,1 milhão de toneladas/ano (Aracruz Credo). Nesse projeto, o controle acionário era dividido entre o Grupo Lorentzen (28%), o Banco Safra (28%), a Companhia Souza Cruz (28%), o BNDES (12,5%) e outros (3,5%).²⁷

Um ano depois, o Rio de Janeiro sediaria a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Eco-92:

No mesmo período o presidente do Conselho de Administração da Aracruz Celulose, Erling Lorentzen, assinava em Roterdã, na Holanda, a 'carta de princípios' sobre desenvolvimento sustentável, da Câmara de Comércio Internacional, com apoio das Nações Unidas. Sem abandonar o discurso faraônico da 'ordem e do progresso', herdado dos anos de 1960. Trinta anos depois, a Aracruz potencializa o máximo seu discurso ambiental. Uma tecnologia de branqueamento da celulose, usando o dióxido de cloro (ECF), e o título de 'plantados de florestas' faziam parte de uma grande jogada publicitária. Um marketing estrategicamente verde. Em 1993, Lorentzen ganhou, em Nova Iorque, o prêmio 'Personalidade do Ano', concedido pela Câmara de Comércio Brasil – Estados Unidos.¹⁷

Ainda nessa época, a Aracruz passou a viabilizar seus interesses em parceria com os poderes públicos locais e regionais, por meio de financiamento de campanhas à classe política em disputas majoritárias e proporcionais, e ainda com a construção de fóruns e espaços para o Poder Judiciário e recursos para sustentar pesquisas e teses em universidades públicas e privadas.¹⁷

De acordo com Barcellos,²⁷ nos anos de 1993, 1995 e 1997, a empresa conseguiu as certificações ISO 9002 para as suas duas unidades fabris, respectivamente, ISO 9001 para todas as atividades que desenvolve, ISO 9002 para a sua planta eletroquímica, vendida posteriormente, e em 1999 conseguiu a ISO 14001.

Hoje, a empresa mantém a certificação de gestão ambiental ISO 14001, além da de gestão de qualidade (ISO 9001) e de gestão de segurança e saúde ocupacional (OHSAS 18001), bem como as certificações florestais Forest Stewardship Council® (FSC®) e o Programa Brasileiro de Certificação Florestal (Cerflor/PEFC), que envolvem o manejo florestal e a cadeia de custódia (CoC) – da área total anunciada pela empresa na Unidade de Aracruz, 348.297 hectares, a FSC certificou 310.147 hectares e a Cerflor a área total.³⁰

A terceira ampliação, a Fábrica C, ocorreria em 2000, representando elevação da produção para 2,3 milhões de toneladas/ano, com participação acionária equivalente à composição da Fábrica A.¹⁷

A relação de proximidade entre a Aracruz Celulose e os governos federal e estadual é revelada pela Fase:²⁶

Exemplo disso é que quando da inauguração da Fábrica I, o presidente da República à época, Ernesto Geisel, esteve presente; nos anos 90, quando é inaugurada a Fábrica II, o presidente era Fernando Collor de Mello, e ele também esteve presente. Por fim, em 2002, Fernando Henrique Cardoso, participou da cerimônia de inauguração da Fábrica III. Em todos esses momentos, governadores do Estado, parlamentares, membros do Judiciário, sempre marcaram suas presenças.²⁶

Em 2003, o Grupo Aracruz iniciou a construção da fábrica da Veracel, em Eunápolis, no extremo sul da Bahia, em parceria com a empresa sueco-finlandesa Stora Enso, com capacidade de produção da ordem de 900 mil toneladas/ano (450 mil toneladas são de propriedade do Grupo Aracruz) e contou com um financiamento de US\$ 546 milhões do BNDES.²⁷

Barcellos²⁷ mostra que a trajetória da empresa sempre foi marcada por violações às comunidades impactadas pela monocultura do eucalipto no Espírito Santo, contexto que gera mobilizações de pesquisadores e entidades da sociedade civil vinculadas à Fase, desde o início da década de 2000, quando foram produzidos os relatórios “Violação de Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais na Monocultura do Eucalipto: a Aracruz Celulose e o Estado do Espírito Santo”, em agosto de 2002, e “Violação de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais”, em dezembro de 2003. Os estudos foram encaminhados à Corte Interamericana da Organização dos Estados Americanos (OEA) e à Comissão dos Direitos Humanos do Congresso Nacional. Também nesse período, em maio de 2002, foi instalada a CPI da Aracruz Celulose na Assembleia Legislativa, para apurar o processo de aquisição de terras pela empresa, com denúncias de grilagem, crimes ambientais e violações aos direitos humanos de comunidades indígenas e quilombolas.

Em 2008, a Aracruz Celulose anunciou perdas financeiras devido a especulações com derivativos cambiais, ocasionando um prejuízo de US\$ 2,13 bilhões. Um ano depois, o grupo Votorantim Celulose e Papel (VCP) anunciou a compra de 28,03% da Aracruz, que pertenciam às famílias Lorentzen, Moreira Salles e Almeida Braga (Arapar), por R\$

2,71 bilhões. Logo depois, adquiriu as ações que pertenciam ao Grupo Safra (Arainvest). O BNDES desembolsou, nessa operação, R\$ 2,4 bilhões dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e a compra foi concluída com custo total de R\$ 5,6 bilhões. A nova empresa passou a ser chamada Fibria Celulose e Papel – com capital dividido entre a Votorantim, com 29,3% das ações; BNDES, com 34%; e os outros 35,8% ações de mercado²⁹.

Em fevereiro de 2013, a Aracruz Celulose voltou a anunciar seu projeto de construir a quarta planta industrial no Estado, com previsão de começar a operar entre 2020 e 2025. Contribuirá para isso a expansão do porto da empresa, o Portocel II, localizado em Barra do Riacho, Aracruz.³⁰

3.2 ARACRUZ X ARACRUZ: REALIDADE DISTORCIDA

A empresa, que ocupa a posição de líder mundial no setor de celulose de fibra curta, informa, em seu Relatório de Sustentabilidade 2012, que tem base florestal própria de 1.104,80 mil hectares e está presente em 255 municípios de sete Estados brasileiros.³⁰

Suas operações incluem áreas florestais e fábricas no Espírito Santo, em Mato Grosso do Sul e em São Paulo, além de plantações na Bahia, em Minas Gerais, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. É também proprietária do Terminal Marítimo de Caravelas (BA) e sócia do Terminal Especializado de Barra do Riacho, Portocel, em Aracruz (ES), do qual detém 51% das ações, em sociedade com a Cenibra.³⁰

No Espírito Santo, segundo a empresa, esses plantios totalizam 372.914 hectares, sendo 212.006 de plantios e 130.455 “destinados à conservação”, além de 30.392 hectares para “outros usos” (estradas, aceiros, edificações etc.). Esse total não inclui os plantios contratados pelo programa Produtor Florestal, que somam 73.818 hectares distribuídos em 69 dos 78 municípios capixabas, como consta no Relatório. No País, esse número chega a 102.338 hectares.³⁰

A empresa mantém na Unidade Aracruz apenas 1.572 empregados próprios, priorizando as contratações por terceirização. No Relatório de Sustentabilidade 2011, a Aracruz informava ter 1.679 funcionários próprios.³⁰

Na Bahia, no município de Eunápolis, localiza-se a Veracel, uma *join venture* da Aracruz com o grupo sueco-finlandês Stora Enso. A maior parte da celulose produzida na Veracel é escoada por rodovia para o Terminal Marítimo de Belmonte, distante 60 quilômetros da fábrica, e transportado para Portocel, localizado em Barra do Riacho, Aracruz. Cada barcaça da empresa tem capacidade para sete mil toneladas de celulose. O Portocel é responsável por aproximadamente 70% da celulose exportada pelo Brasil. Em 2012 foram escoadas ao todo 5.984.107 toneladas, já o volume de eucalipto transportado por barcaças até Portocel foi de 2.019.839 toneladas.³⁰

O Portocel é utilizado pela Fibria, pela Cenibra e por outras empresas do setor e dispõe de três berços para navios, com calado de 11,2 metros, podendo receber embarcações de até 70 mil toneladas. O projeto de expansão, Portocel II, prevê o aumento do número de berços de atracação, armazéns e ramal ferroviário para atender à demanda de embarque de celulose e de outras cargas. O projeto deverá ser executado em três fases. A previsão é de que cada uma demande aproximadamente dois anos de construção, com investimento da ordem de US\$ 243.879. A expansão obteve Licença Prévia do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema-ES).³⁰

Em relação a suas operações florestais do ano passado, a Aracruz informa que consumiu 371.364 metros cúbicos de água superficial e 202.017 metros cúbicos de água subterrânea (não necessário outorga) no Espírito Santo, com captação em 14 e 6 pontos, respectivamente – no relatório de 2011, a empresa registrava captação em 136 pontos. Já o consumo industrial foi de 122.420.000 metros cúbicos em 2012, o equivalente a 220.715 metros cúbicos por dia.³⁰

Afirma ainda a empresa que tem um total de 2.507 hectares de área de preservação restaurada no País, com meta para chegar a 4.771 em 2013 e a 40 mil até 2025. Na Unidade Aracruz, áreas de Mata Atlântica protegida, segundo a empresa, são 125.023 hectares, e de restinga 5.402 hectares. Além disso, enumera uma extensa lista de

espécies na lista vermelha da International Union For Conservation of Nature (IUCN), com habitats em áreas afetadas por operações – 650 plantas, 532 aves, 60 mamíferos, 40 anfíbios, 45 répteis, 84 peixes e 26 crustáceos.³⁰

A Aracruz diz que conta com fornecedores de madeira independentes nos Estados onde estão localizadas suas fábricas. Em 2011, somaram 3.321 contratos e 102,3 mil hectares adicionais de produção de eucalipto.³⁰

Do total produzido pela empresa no ano passado, 91% foram destinados à exportação, 36% para Europa, 30% para América do Norte, 25% para Ásia e apenas 9% para América Latina. Mais da metade, 54%, papel sanitário, outros 29% papel de imprimir e escrever e 17% papéis especiais.³⁰

O controle acionário da Aracruz é exercido pela BNDESPar (30,42%) e pela Votorantim Industrial (29,34%). A empresa tem ações negociadas nas bolsas de valores de São Paulo e Nova Iorque e 0,06% das ações em Tesouraria e 40,14% no mercado. O lucro líquido da empresa em 2012 foi de 698 milhões.³⁰

Em 2010, a empresa concluiu a venda de operações ligadas à produção e comercialização de papel — distribuidora de papéis KSR, participação de 50% no Consórcio Paulista de Papel e Celulose (Conpacel), em São Paulo, e Unidade Piracicaba (SP) —, concentrando suas atividades no segmento de celulose. Em 2012, a Fibria vendeu, para a CMPC Celulose Riograndense S. A., em torno de 139 mil hectares de ativos florestais e terras que faziam parte da Unidade Florestal Capão do Leão. Os contratos referentes às áreas de fomento foram mantidos.³⁰

Afirma a empresa que atende clientes em 42 países por meio de oito centros de distribuição e seis escritórios comerciais e de representação em cidades da Europa, da Ásia e das Américas do Sul e do Norte. Os escritórios são em São Paulo (sede), Nyon (Suíça), Csomád (Hungria), Miami (Estados Unidos), Hong Kong e Pequim (China).³⁰

A Aracruz Celulose informa que contribuiu, no País, com R\$ 3,615 milhões destinados a partidos políticos no último período eleitoral. Na disputa de 2010, o total foi de R\$ 7,125 milhões.³⁰

Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE),³¹ no Espírito Santo, os financiamentos no pleito do ano passado pela empresa representaram R\$ 945 mil, divididos entre 28 candidatos, em 17 municípios capixabas. Esse valor, porém, não considera as doações ocultas, destinadas às Executivas Nacionais dos partidos. Dessa maneira, a empresa ajudou a eleger prefeitos dos municípios mais importantes da Grande Vitória e do interior do Estado, além de ter contribuído para campanhas de deputados estaduais em prefeituras. Apesar de não terem saído vitoriosas do pleito, eles permanecem em mandatos na Assembleia Legislativa.

Já em 2010, a Aracruz contribuiu com 21 candidatos eleitos, entre eles o governador do Estado, Renato Casagrande (PSB), além de senadores, deputados federais e estaduais, em investimento total de R\$ 1,3 milhão. Somado o valor cedido aos candidatos apoiados pela empresa que não saíram vitoriosos do pleito, o montante chegou a R\$ 1.625.000.³¹

Palavras da diretoria da Aracruz:³⁰

Missão: desenvolver o negócio florestal renovável como fonte sustentável de vida; Visão: consolidar a floresta plantada como produtora de valor econômico, gerar lucro admirado, associado à conservação ambiental, à inclusão social e à melhoria da qualidade de vida; Valores: solidez, ética, respeito, empreendedorismo e união.³⁰

Os objetivos da Fibria na área de sustentabilidade têm como fundamentos o uso responsável dos recursos naturais, o fomento do desenvolvimento e do bem-estar das comunidades vizinhas e a conservação e recuperação dos ecossistemas nativos.³⁰

3.3 ARACRUZ X COMUNIDADES IMPACTADAS: CENÁRIO DE VIOLAÇÕES

A usurpação de terras tradicionais pela Aracruz Celulose no norte do Espírito Santo, desde o período dos primeiros plantios de eucalipto, é responsável por graves conflitos envolvendo índios, quilombolas e pequenos proprietários rurais do Estado, o que resulta em uma série de violações aos direitos sociais, econômicos e culturais, além de profundos impactos ambientais.

Estudos e pesquisas já publicados sobre a implantação do empreendimento no norte capixaba, além de depoimentos à CPI da Aracruz, na Assembleia Legislativa, apontam que a empresa se valeu de métodos ilegítimos para se apropriar do território Tupiniquim e Guarani, no município de Aracruz, e do antigo Sapê do Norte, formado pelos municípios de São Mateus e Conceição da Barra. As terras tradicionais foram tomadas de seus verdadeiros donos em episódios de violência e agressões. Com a conivência do Estado, a empresa também usurpou terras devolutas.

No caso dos índios, as primeiras terras apropriadas pela Aracruz Celulose foram as Tupiniquim. Para isso, a empresa utilizou prepostos que compravam as casas de estuque e palha e as benfeitorias dos índios por preços irrisórios, muitas vezes em troca de lotes na cidade de Aracruz, e depois as mediam, registravam nos cartórios em seus nomes ou de terceiros, e as vendiam de imediato à Aracruz. Um deles era o ex-prefeito do município, Primo Bitti, já falecido. O discurso utilizado para convencer os índios a vender suas terras era de que a região seria ocupada por uma grande empresa e eles ficariam ilhados, o que inviabilizaria a prática da agricultura, à medida que as terras não mais fossem produtivas.¹⁷

A Fase²⁶ também detalhou a questão:

Citamos aqui o registro de venda de terras pela 'Bitti Imóveis Ltda' com nomes de aldeias indígenas existentes na região: propriedade denominada 'Guaxindiba: 23,8 hectares – Registro 4324 Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá): 503.010.262.641-3; propriedade

denominada 'Rio Morobá: 62,5 hectares – Registro 3289 Incra: 503.010.262.641-3. Depois foi só expulsar os índios.²⁶

Os que resistiam no território eram vítimas do terror espalhado pelo major Orlando Cavalcante, responsável pela segurança da empresa e que atuava na entidade criminosa de nome Sindicato do Crime, cuja principal atividade era matar a serviço dos grandes fazendeiros. Um dos oficiais mais temidos da Polícia Militar e acostumado a lidar com posseiros no interior para beneficiar grandes proprietários, major Orlando utilizou métodos de prisão, tortura e espancamento para cumprir seu objetivo. Ao mesmo tempo, contando com a cumplicidade dos cartórios, extraiu toda a documentação necessária para legalizar a transferência de terras para a empresa, sem mencionar a existência das terras indígenas.³²

De acordo com Medeiros,³² uma desavença entre o major Orlando e o tenente José Scárdua, integrantes da mesma organização criminosa, custou-lhe a vida. Mas logo o seu lugar foi ocupado por outro militar, o seu concunhado, coronel da Polícia Militar (PM) Argeu Furtado, que não deu continuidade ao método de violência empregado pelo major Orlando. Para concluir a retirada dos Tupiniquim de suas próprias terras, combinou persuasão com coação, contando com a companhia de um grupo de soldados que agia dentro da estratégia traçada de destinar 40 mil hectares, total do território indígena no norte de Estado, à Aracruz. Tal missão, porém, só obteve êxito mesmo após a chegada de uma figura carismática, Leopoldo Brandão, o “doutor Leopoldo”, que logo ganharia a confiança de índios e quilombolas, implantando jogo de favores e até mesmo distribuindo ocupações nas áreas de plantios de eucalipto. Leopoldo, admirado pelas comunidades, era diretor da Aracruz Celulose. Ainda segundo o autor:

Era também uma época que coincidia com o recrudescimento da violência na ação repressora do regime militar, que havia tomado o poder no País. Época, inclusive, em que haviam introduzido a tortura para conter o crescimento da resistência ao regime. Resultou no AI-5, com suspensão dos direitos e garantias individuais, implantado nos estertores do ano de 1968.³²

Como resultado desse processo, o território foi reduzido ao máximo em pouco tempo. A violência empregada pelo major Orlando também provocou a dissipação dos índios.

Deixaram imediatamente o território mais 1.200 índios, entre adultos, jovens e crianças, migrando principalmente para a Grande Vitória. Numa atitude de autopreservação, os que ficaram se concentraram em apenas quatro aldeias (existiam 32 na região) – Caieiras Velhas, Irajá, Pau-Brasil e Comboios.³³ A aldeia do Macaco, lugar sagrado para os índios Tupiniquim, deu lugar à planta da I Fábrica.²⁶

Assim, as áreas tradicionais de moradia e cultivo dos Tupiniquins foram reduzidas e cercadas pelos plantios, interferindo na organização social da comunidade. A rotatividade das roças, que dispersava a comunidade dentro de uma vasta área, já não era mais possível, gerando maior concentração de famílias em alguns núcleos habitacionais e aumentando aldeias como Caieiras Velhas e Irajá.³⁴

Nessa nova configuração, tornou-se impossível manter a reprodução do antigo padrão de ocupação nas aldeias, caracterizado por casas no centro da mata, com roçados de mandioca, feijão, milho, cana, cará e frutas, como banana, jaca, caju, guaviroba, manga e limão.³⁴

Em pouco tempo, sobraram apenas os mais velhos nas aldeias, sem dispor sequer de um palmo de terra. Os que escolheram ficar enfrentaram enormes dificuldades de sobrevivência, contando apenas com a venda de caranguejos que pegavam nos mangues e poucos peixes que conseguiam pescar no rio Piraqueaçu.³²

A Aracruz também se valeu da tática de despovoamento para acabar com a presença indígena no território, levando os Tupiniquins para outros Estados, o que era feito pela admissão dos índios em suas empreiteiras, desde quem eles renunciassem à sua condição indígena e aceitassem tirar carteira de trabalho. Mas tão logo as obras e serviços eram concluídos, os índios eram levados para outros lugares distantes, vestidos de operários.³⁴ A desestruturação das formas sociais, culturais e econômicas quase levou os Tupiniquim ao extermínio.¹⁷

O território indígena foi então adquirindo nova forma social, prosperando como terra devoluta:

[...] sob a jurisdição dos poderes públicos e após ser tecnocraticamente transformado em área desabitada e economicamente inexpressiva, para ser expropriado às populações indígenas, obrigadas à realocação em áreas cada vez menores e alheias ao seu habitat tradicional. Cresciam, nesta época, as terras devolutas e griladas, cuja apropriação e titulação envolviam falsificação de documentos e ações violentas de jagunços e pistoleiros contra índios e posseiros.²²

No caso dos Guaranis, o processo se consolidou de outra maneira. O grupo Guarani Mbyá chegou ao litoral norte do Estado em 1967, guiado por Tatati, liderança religiosa feminina, em busca da “terra sem males”. Esse movimento era consequência de ações migratórias iniciadas na década de 40 no Paraguai. Até chegar ao Estado, os Mbyá já haviam passado pelo Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Passaram antes, pela mesma região, os subgrupos Ñandeva e Kaiwoá, sem se estabelecer definitivamente.³⁴

Os Guaranis se instalaram junto aos Tupiniquim, mas sofreram forte pressão para sair da área. Em 1972, por uma iniciativa da Funai, foram transferidos para uma área Krenak, em Minas Gerais e, posteriormente, deslocados para a Fazenda Guarani, ‘antigo centro de recuperação’ para índios considerados transgressores. Naturalmente, os Guaranis não se acostumaram a esse local, onde índios de diversas etnias eram reunidos, o que gerava inúmeros conflitos. Em 1978, a Funai efetuou outra transferência dos Mbyá para Caieiras Velhas. Nesse regresso, os índios encontraram a região sendo desmatada pela Aracruz Celulose, tendo então se unido aos Tupiniquim na defesa do território indígena.³⁴

Segundo a Associação dos Geógrafos do Brasil,²⁸ em 1975, o território indígena de 40 mil hectares já se encontrava devastado e prestes a ser transformado numa extensa monocultura de eucalipto pelo empreendimento da Aracruz.

A estratégia utilizada para apropriação das terras Tupinikim e Guarani se repetiria depois com os quilombolas do antigo território do Sapê do Norte. Como naquela época as comunidades negras não tinham qualquer legislação que os assegurasse no território, além de não serem assistidas com políticas públicas, a Aracruz Celulose não

encontrou problema para avançar sobre o território. Também ocupam o território quilombola empresas de álcool e fazendeiros, principalmente da pecuária extensiva.

Depoimentos à CPI da Aracruz, instalada na Assembleia Legislativa em 2002, apontaram a mesma metodologia de espalhar terror e ameaça. Entre os quilombolas, foram utilizadas pessoas de confiança da própria comunidade, a exemplo de Benedito Braulino, de apelido Pelé, que tinha um comércio na região. Primeiro, ele tentava convencer as famílias a venderem suas terras à Arflo, com o discurso de promessas de empresa e melhores condições de vida na cidade grande. Mas, diante de recusa, o tenente Merçon era acionado. Ele explorava a patente do Exército para usar força e agressão contra os quilombolas, inclusive com ameaças de queimar ou passar com tratores sobre os casebres das famílias.³⁵

Além dos falsos argumentos utilizados pela Aracruz na época para coagir os quilombolas, também foi evidenciada, durante a CPI, a estratégia de se utilizar de “laranjas” para avançar sobre essas famílias. Para isso, os próprios funcionários da empresa adquiriam do Estado terras devolutas em nome próprio, alegando ser pequenos agricultores e, em seguida, as transferiam legalmente para a empresa. Essas transações contavam com a conivência do Estado, cartórios de registros de imóveis e órgãos públicos. Em geral, o valor estipulado para a compra era baixíssimo, simbólico, diante da conotação do mercado e principalmente do significado da terra para aquela população.³⁵

Um dos documentos entregues à CPI contém uma listagem com:

[...] 65 áreas, requeridas por mais de 30 desses empregados e ex-empregados da empresa, que após ‘legitimarem’ as terras em seus nomes, repassaram essas terras para a Aracruz Celulose. Foram mais de 13 mil hectares de ‘legitimação’ de terras, ‘transferidas’ para a empresa, que as incorporou a seu patrimônio. ‘Terras públicas’, muitas delas em locais considerados como os melhores no Estado para a agricultura, conseguidas de modo fraudulento.¹⁷

A ausência de documentos oficiais comprovando a posse a terras para seus tradicionais moradores facilitava a estratégia de aquisição das terras pela Aracruz Celulose. Uma minoria possuía o título, geralmente famílias em que os filhos saíram

das comunidades para estudar e, de posse já de algum conhecimento, obrigaram os pais a registrar a propriedade.

Segundo Ferreira,³⁶ o Estado passa então a considerar essas terras devolutas, e como tal, passível de ser apropriada de forma privada e até mesmo negociada como mercadoria:

Numerosas pequenas parcelas (permitidas até 10 alqueires ou 50 hectares) eram requeridas ao *Departamento de Terras e Cartografia – DTC* da Secretaria de Agricultura em nome de outras pessoas (inclusive, das próprias comunidades) e transmitidas às empresas, muitas vezes no mesmo dia ou poucos dias após o requerimento, originando imensas propriedades privadas e legitimadas pelos cartórios de registro de imóveis. Na demarcação das posses requeridas, por vezes a terra era medida ‘na corrente’, sem exatidão, o que possibilitava grandes margens de erro a favor do adquirente.³⁶

Sem alternativa, os quilombolas foram obrigados a deixar o território. Essa saída forçada provocou a negação desses sujeitos sociais, que passaram a ter que se adaptar a uma realidade completamente diferente:

A maioria mudou-se para as periferias de centros urbanos como Conceição da Barra, São Mateus, Serra, Vitória, entre outros, gerando nestes locais um excedente populacional com graves consequências sociais. O impacto desta mudança ocorre pela interferência do meio em todos os aspectos de vida: moradia (em geral transferem-se para lotes muito pequenos, com pouco ou sem quintal); trabalho (as atividades da roça são substituídas por empregos na cidade, quando encontram, já que praticamente não têm qualificação profissional e são obrigados a trabalhos informais); sociabilidade (não só as pessoas do convívio mudam, como também os hábitos e costumes, os lugares que freqüentam, as crenças e etc). A autonomia do campo é perdida para a subordinação do capital, uma vez que na cidade a necessidade por dinheiro é muito maior.²⁶

Somente na comunidade de Linharinho, em Conceição da Barra, foram plantados eucaliptos da Aracruz Celulose em 82% da área. As 48 famílias que lá permaneceram ficaram reduzidas a 147 hectares.¹⁷

Dessa forma, contextualiza Ferreira,³⁷ as terras de uso comum foram forçadas a se transformar em propriedade privada, com o Estado garantindo o fornecimento de toda a estrutura necessária à implementação e consolidação de um macroprojeto regido pela lógica capitalista sobre um território outrora guiado pela ética das comunidades tradicionais, camponesas ou rústicas, que utilizavam a terra e outros recursos naturais como o sustentáculo de sua vida cotidiana.

3.4 CRIMES AMBIENTAIS

Para preparar o terreno aos seus extensos plantios de eucaliptais, a matéria-prima por excelência da celulose e que fica pronta para produção entre cinco e sete anos (na Europa são décadas), a Aracruz Celulose destruiu, de uma só vez, com correntões puxados por dois tratores de esteira, pelo menos 50 mil hectares de mata atlântica primária ou em avançado estágio de regeneração no município de Aracruz. Animais que não tinham tempo de correr eram esmagados. Depois vinham o mau cheiro e o fogo. Muitos animais morreram também carbonizados, e a fauna e a flora foram destruídas, o que afetou drasticamente a biodiversidade. Crime que se expandiu para o território quilombola, mais ao norte, com o avanço dessa monocultura no Estado.

A destruição da mata, de onde as comunidades indígenas, quilombolas e camponesas retiravam o necessário para subsistência e cultivavam suas tradições, foi o segundo golpe sofrido por essas famílias após a perda de suas terras para a empresa. A substituição da mata atlântica pelo eucalipto impediu que as comunidades tradicionais vivessem seu modo de vida e cultura, relegando-as a uma condição de miséria, com profundas dificuldades de sobrevivência, inclusive alimentar, já que o eucalipto ocupava as áreas mais agricultáveis da região.

A *agroindústria* de celulose que se implantava trazia em si a lógica da otimização do recurso natural através da mecanização da produção e do uso

intensivo de agrotóxicos em grandes extensões de terra. A nova escala e forma de utilização do recurso natural *terra* trazida pela *agroindústria* produziu o fim das terras de uso comum — matas, cursos d'água, lagoas e brejos —, que supriam grande parte das necessidades de alimentação, medicamentos, lenha e outras. A nova interferência no meio natural consumou a destruição das matas, o assoreamento, a contaminação e a morte dos rios, a perda de solos, da proteína animal da caça e do peixe, dos frutos e da madeira, produzindo a imediata alteração no modo de organização e reprodução econômica, social e cultural das comunidades locais.³⁷

Antes da implantação da Aracruz Celulose no Espírito Santo, o cientista Augusto Ruschi³⁸ (1915-1986) já alertava para os impactos:

Em 30 anos, os nossos desertos de eucalipto estarão ainda mais estéreis, sem pássaros, sem outras árvores. Depois, nem os eucaliptos crescerão mais. Quem planta uma área totalmente com eucalipto, nas proporções como se está fazendo no Espírito Santo, está fabricando deserto pelo simples fato de ser uma floresta homogênea de espécie exótica, onde não há um ecossistema, mas um único nicho ecológico de consorciação, que é o eucaliptal.³⁸

No licenciamento ambiental para a implantação da primeira fábrica da Aracruz, o governo do Estado também fora alertado sobre os impactos da concentração fundiária dos plantios de eucalipto para os ecossistemas locais decorrentes dos desmatamentos e os prejuízos à agricultura familiar.²⁸

Os registros dos Estudos de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) da primeira expansão da produção da empresa, feitos pelo Instituto de Tecnologia da Universidade Federal do Espírito Santo (Itufes), já davam a dimensão do problema: em 1970/71 pelo menos 30% da extensão do município de Aracruz eram cobertos por mata atlântica. De uma extensão de 1.430,00 quilômetros quadrados da área total do município, foram desmatados pelo menos 430 quilômetros quadrados de floresta tropical pluvial nativa, para serem substituídos por plantios de eucalipto da empresa, na época Arflo.²⁸ Em 1975, a empresa havia substituído, somente no território indígena, 28 mil hectares de mata atlântica por eucalipto.²⁷

Chamam a atenção, também, os dados dos Censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1950 a 1970: em 1950, eram cobertos por matas nativas 66,3% do território capixaba. Já em 1970, esse número passou para 8,5%, resultado da exploração desenfreada de matas nativas.²² Em outras palavras, como apontou Dean²³, a floresta era barganhada pelo desenvolvimento econômico, “[...] uma troca que poderia ser exibida como uma tacada brilhante apenas se atribuísse a ela um valor econômico insignificante, ignorando-se todos os outros valores”.

Em Conceição da Barra, houve uma diminuição de mais de 70% de área coberta por mata nativa e um acréscimo de 1.500% em áreas de eucalipto.²⁶ A AGB²⁸ também especifica:

Até 1975 foram plantados 51 milhões de pés de eucalipto, 70% dos 40 mil hectares de terra em Aracruz e 30 mil hectares nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra, ao logo do litoral norte do Estado. Nos 10% restantes do litoral, constituídos por floresta nativa, 1% era reservado à área de preservação ambiental sob o controle da Aracruz Celulose e inacessível à população local, impedida de explorar os recursos naturais para sua própria sobrevivência. Enquanto era proibido às populações tradicionais o acesso às matas, o Estado o liberava aos invasores, que instalaram mais de 100 estabelecimentos rurais clandestinos na região.

No município, corroborando a destruição da floresta nativa, ocorreu o forte processo de concentração de terras, levantado por Ferreira:³⁷

Em 1992, os estabelecimentos de até 100 hectares foram reduzidos em 60% em área e em números absolutos; aqueles localizados entre 100 e 1.000 hectares foram reduzidos em 70% em números absolutos e 50% em área. No entanto, aqueles maiores de 1.000 hectares apresentaram um crescimento de 250% em área. Assim, neste mesmo ano, apenas 13 estabelecimentos (1,6%) concentravam a área de 53.223,2 hectares (47,3%), majoritariamente ocupada pela monocultura de eucalipto; enquanto os 627 estabelecimentos com até 100 hectares (80%) ocupavam 19.460,8 hectares (17,3%).

Ainda segundo Ferreira,³⁷ até a década de 1990, a cobertura florestal existente no Espírito Santo sofreu a redução de quatro milhões de hectares (86,88% da área do Estado) para 402.392 hectares (8,34%). Conforme a previsões do cientista Augusto

Ruschi, essa devastação foi um golpe à elevada diversidade biológica da região, listada pelo cientista: 240 espécies de árvores de grande porte; 478 espécies de aves, 70 de mamíferos, 41 de répteis, 31 de anfíbios e 37 espécies mais significativas de insetos. A morte dessas espécies significou a destruição de cadeias alimentares, perda do alimento e da madeira para as comunidades locais, bem como de um vastíssimo banco genético.

Os poucos remanescentes de mata atlântica que restaram continuam a sofrer forte pressão em todo o Estado, com a constante busca da Aracruz Celulose em ampliar seus plantios, o que faz por meio de seu programa Fomento Florestal — rebatizado de Produtor Florestal — criado em 1990, como uma estratégia da empresa para aumentar a produção da sua matéria-prima sem precisar adquirir mais terras.

Dessa maneira, a empresa transfere a responsabilidade pela produção aos camponeses que, atraídos pelos falsos benefícios apresentados pela Aracruz, passam a fornecer mudas de eucalipto à empresa. Com o passar do tempo, porém, os pequenos produtores tornam-se dependentes da Aracruz e com uma série de obrigações que não têm condições de cumprir, amargando prejuízos.

A situação torna-se ainda mais irreversível, à medida que o intenso uso de agrotóxicos exigido nesse tipo de plantio acarreta perdas de nutrientes do solo na propriedade, impedindo o desenvolvimento de outras culturas.

Esses venenos são responsáveis ainda pela contaminação dos recursos hídricos no Espírito Santo. O jornalista Rogério Medeiros registrou que, somente em Conceição da Barra, norte do Estado, 22 córregos secaram após a chegada da Aracruz Celulose — até 1995, tinham desaparecido 156 córregos no município. Já em São Mateus, 50 pequenos córregos desapareceram em virtude do plantio em larga escala de eucalipto.⁴⁰

Depoimento à CPI da Aracruz da geógrafa Simone Ferreira detalha o problema:

A monocultura do eucalipto em larga escala no Estado também envolve um histórico de apropriações ilegais de rios para abastecimento das fábricas da

Aracruz, vorazes consumidoras de água. “O consumo diário de água para produção de celulose, 248.000 metros cúbicos, é suficiente para abastecer uma cidade de dois milhões e meio de habitantes, número equivalente ao da população da região metropolitana de Vitória”.²⁶

Esse elevado consumo de água também segue em escala crescente, sem que a Aracruz Celulose pague pelo uso do recurso. Os pesquisadores Daniela Meirelles e Marcelo Calazans calculam que, se a água utilizada pela empresa fosse captada, tratada e distribuída pela Companhia Estadual de Saneamento (Cesan), a conta de água da empresa se aproximaria de R\$ 16 milhões mensais, sem considerar o consumo de outras unidades – e suas expansões — do País.¹⁷

Os inúmeros relatos que denunciam o problema apontam que, para as fábricas A e B, a empresa construiu um sistema integrado de reservatórios, transpondo rios a partir de desvios e barragens, que passaram a ser de uso exclusivo dela. No caso da fábrica C, foi feita a transposição de bacias do Rio Doce para o Rio Riacho — sem o devido EIA/Rima e com licenciamento concedido em tempo recorde —, para a captação de água com a construção do Canal Caboclo Bernardo, em 1999, o que alterou drasticamente o comportamento hídrico da região.¹⁷

O referido canal, construído perpendicularmente em relação ao Rio Doce, faz a captação de águas desse rio utilizando os canais de drenagem do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), construídos nos anos de 1960, o Canal do Riacho, o Rio Riacho e o Rio Comboios. A água captada percorre uma extensão superior a 40 quilômetros.¹⁷

Esse processo foi marcado por irregularidades, que contaram com a conivência do poder público local e estadual, culminando com processos na Justiça Federal para punir os responsáveis, o então prefeito de Aracruz, Luiz Carlos Cacá Gonçalves, e o então secretário de Estado de Meio Ambiente, Almir Bressam, por cometerem crime ambiental e infringir a lei para favorecer a Aracruz Celulose. O processo, porém, tem tramitação lenta no Judiciário. Em 2005, o sucessor de Cacá, Ademar Devens, igualmente sob o pretexto de aumentar a disponibilidade hídrica nas várzeas do Rio Riacho nos municípios de Aracruz e Linhares e, assim, desassorear o canal Caboclo

Bernardo, conseguiu novo licenciamento ambiental para desviar o Rio Doce, agravando os impactos já existentes.⁴⁰

O canal ligando o Rio Doce ao Rio Comboios teve efeitos prejudiciais principalmente para os Tupiniquins, cuja aldeia se encontra entre a fábrica da Aracruz e o Rio Comboios, antes utilizado pelos índios para pesca, lazer e abastecimento de água na aldeia. Além disso, as várzeas do rio eram usadas para a agricultura de subsistência e pastoreiro. Após a construção do canal, mudaram drasticamente a quantidade e qualidade da água do Rio Comboios, contrariando promessa da empresa de que a medida não resultaria em impactos. O rio passou a ser reservatório de doenças e contaminação, o que afetou a pesca, em especial de peixes e camarões.²⁸

Outros prejudicados foram os pescadores de Vila do Riacho e Barra do Riacho, em Aracruz. Os impactos do canal agravaram os problemas da redução dos estoques de pescado, que já haviam diminuído drasticamente após a construção do Portocel – Terminal Especializado de Barra do Riacho, que iniciou suas operações em 1978.

O desvio da água do Rio Doce resultou no estreitamento da Boca da Barra, provocado por bancos de areia formados pelo mar, tendo como conseqüência a diminuição do fluxo de água no Rio Riacho. O assoreamento da Boca da Barra impede que as embarcações de pesca artesanal cheguem ao mar durante a maré baixa. Essa condição limitou o horário de pesca, reduzindo bastante a atividade e provocando grande impacto na economia local, que enfrenta ainda a concorrência com grandes barcos que realizam pesca predatória²⁸.

Na região, também geram impacto aos recursos hídricos os efluentes jogados no mar pela Aracruz Celulose, sem tratamento, e a abertura de estradas de transporte de eucalipto. Quem controla os níveis de água do rio é a própria empresa, que abre as comportas de acordo com sua necessidade. Já quando os moradores precisam de água, não têm. “Além de inundar nascentes, a inclinação do terreno na construção do canal desvia os percursos das nascentes para o canal. Ou seja, o canal capta água também das nascentes do entorno”.²⁸

Esses recursos abastecem três reservatórios artificiais do complexo industrial da Aracruz:

[...] o Reservatório Águas Claras, o Reservatório Pavor e o Reservatório Santa Joana. Desviando rios e córregos e se alimentando das bacias hídricas do Rio Riacho, do Rio Gimuhuna e do Rio Doce, a empresa bombeia toda essa água para sua Estação de Tratamento de Água (ETA), pois a água reclamada pelo processo industrial não pode ser consumida imediatamente, tal como é apropriada aos rios. Deve ser tratada pela empresa, ao contrário das águas naturais da população que habita o entorno industrial, poluídas para o consumo humano.¹⁷

Desde a construção do canal, nunca foi realizado qualquer estudo para o controle da qualidade da água. Da mesma maneira, contrariando a justificativa do poder público à época para licenciar a transposição de bacias, o canal não beneficiou os moradores de Barra do Riacho, já que a captação de água para o distrito é feita em local fora da influência do canal.¹⁷

No território indígena Tupiniquim, as atividades da Aracruz Celulose também poluem os rios Sahy e Guaxindiba. Com o desmatamento da mata ciliar nas margens dos rios, o escoamento da água ocorre superficialmente, fazendo com que os sedimentos e entulhos sejam carregados de maneira mais intensa. Outro problema decorrente é o assoreamento que, em épocas de seca e chuvosas, inunda o antigo leito do rio, ocasionando riscos de alagamento das terras ribeirinhas.²⁸

No caso do Guaxindiba, há ainda outros agravantes. O rio tem nascente dentro do perímetro urbano de Aracruz, portanto recebe esgoto “in natura”. A consequência dessa poluição é a morte de espécies do ecossistema e a impossibilidade de uso da água do manancial. Apesar disso, é desse rio que é captada a água para o abastecimento de Barra do Sahy.²⁸

Já na Aldeia Guarani Piraquê-Açu (TI Caieras Velhas II), o problema é a instalação da Estação de Tratamento de Esgoto, sob a responsabilidade do SAAE de Aracruz, que está a 50 metros das casas das famílias indígenas. Essa estação recebe esgoto do Bairro Coqueiral, construído pela empresa para seus funcionários. Os tanques de

decantação, que os Guarani chamam de “pinicão”, são ignorados pela Aracruz, pelo SAAE e pelo poder público.¹⁷

Em 2002, a recuperação dos rios foi exigida pelos índios Tupinikim e Guarani, com intervenção do Ministério Público Federal (MPF-ES), na ocasião da revisão do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado entre a Aracruz e os indígenas de Aracruz desde 1998. A empresa realizou um estudo da situação dos rios para iniciar o processo de despoluição total, mas não apresentou medidas que englobassem toda a bacia hidrográfica. Insatisfeitos, os índios recorreram à AGB,²⁸ que avaliou o estudo da Aracruz, indicando as ações necessárias, mas a empresa sempre postergou iniciar qualquer medida nesse sentido.

Apesar desse extenso histórico de agressões ambientais e apropriações dos recursos hídricos e do solo, a Aracruz Celulose obteve em 2012 a certificação da organização internacional FSC para o manejo florestal e cadeia de custódia das operações que abrangem o município de Aracruz no Estado e ainda na Bahia e em Minas Gerais.

Em seu Relatório de Sustentabilidade 2012,³⁰ a empresa diz que o selo “[...] garante que nossos produtos florestais são provenientes de florestas bem manejadas, oferecendo benefícios ambientais, sociais e econômicos”. E continua: “[...] tal garantia agrega valor ao produto, diante do cenário competitivo do mercado de celulose, mas reflete sobretudo, nosso empenho em, ao buscar atender aos rigorosos critérios de certificação, expressar nosso compromisso com a sociedade”. A empresa já tinha o selo verde da Cerflor.

Em carta pública enviada ao FSC e à Imaflora, empresa brasileira responsável pela condução do processo, 24 entidades do Espírito Santo e da Bahia denunciaram falta de transparência e participação justa e democrática da sociedade civil organizada nas etapas da certificação. O FSC, para elas, continua negando a complexidade de certificar áreas em larga escala, sujeitas a um manejo intensivo com fertilizantes e agrotóxicos químicos, principalmente uma área marcada por quatro décadas de violações sociais, econômicas, ambientais e culturais, com a conivência do Estado e contra populações camponesas, indígenas e quilombolas.⁴¹

3.5 LUTA PELA TERRA

Índios, quilombolas e camponeses vivem em permanente estado de luta contra a monocultura do eucalipto no Espírito Santo, porém em estágios diferenciados, desde que os Tupiniquins e os Guaranis conseguiram reconquistar parte do território apropriado ilegalmente pela Aracruz Celulose, em 2008. Os quilombolas, ao contrário, ainda não conseguiram a titulação sequer de um território na antiga região do Sapê do Norte, embora processos de reconhecimento tenham sido iniciados.

Para recuperar parte de suas terras exploradas pela Aracruz Celulose, Maracci⁴² informa que os índios protagonizaram três episódios de lutas, que resultaram em portarias demarcatórias: a primeira entre 1975 e 1983; a segunda entre 1993 e 1998 e a última entre 2005 e 2007.

Barcelos²⁷ e a Fase²⁶ relatam que, em 1979, em função dos conflitos entre a empresa e os índios, a Funai constituiu um Grupo de Trabalho para a elaboração de um relatório que pudesse dar mais elementos sobre a situação territorial Tupiniquim e Guarani, chegando à conclusão de que seria possível demarcar 6.500 hectares de terra fragmentados: 2.700 de Caieiras Velhas, 1.500 de Pau-Brasil e 2.300 da aldeia de Comboios – a única que não estava sob o controle da Arcel. A área identificada pelo GT foi formalizada na Portaria nº 609, de 8 de novembro daquele ano. No entanto, a Aracruz Celulose não concordou com o teor da portaria e o governo brasileiro recuou, o que motivou o movimento de autodemarcação.

O governo se viu, então, obrigado a fazer a primeira demarcação oficial das Terras Indígenas, homologadas em 1983, desta vez com a anuência da empresa. A área totalizava 4.492 hectares – Caieiras Velhas com 1.519 hectares e 834 pessoas; Pau-Brasil com 427 hectares e 217 pessoas; e Comboios com 2.546 hectares e 243 pessoas. A homologação ocorreu em 1988, pelos Decretos nº 88.926, nº 88.672 e nº 88.601). Território, portanto, menor do que havia sido reivindicado pelos índios.^{26,27,42}

Uma das primeiras iniciativas indígenas após a terra demarcada foi a reconstrução da aldeia Tupiniquim de Irajá e a construção da aldeia Guarani de

Boa Esperança na Terra Indígena de Caieiras Velhas. Essas duas novas aldeias permitiram aliviar o adensamento demográfico de Caieiras Velhas e consentiram que famílias expulsas em 1967 que estavam vivendo em outros lugares do município de Aracruz pudessem retornar.²⁷

Em 1993, os índios voltaram a reivindicar a ampliação de seu território. A Funai, mais uma vez, instituiu um Grupo de Trabalho Técnico³⁴ que reafirmou o direitos dos índios a 13.579 hectares que, somados à área demarcada, totalizariam 18.071 hectares. Mas o então ministro da Justiça na época, Íris Rezende, em decisão unilateral, reduziu a área para apenas 2.571 hectares, 18,0% da área reivindicada, por meio das Portarias nº 193, nº194 e nº195 do Ministério da Justiça, publicadas em março de 1998.^{26,27}

Pressionados e coagidos por um forte esquema montado pela Polícia Federal (PF), os índios foram obrigados a assinar um acordo com a empresa, sob ameaça de perderem todas as terras. Pelo acordo ilegal, a Aracruz poderia explorar 11.009 hectares das terras indígenas, em troca de uma indenização em forma de projetos sociais durante 20 anos, que nunca atenderam às necessidades das aldeias.⁴³

De acordo com Barcellos,²⁷ o TAC assinado com a anuência do Ministério Público Federal estabeleceu que a Arcel repassaria às comunidades indígenas R\$ 1.140.000, ainda em 1998, ano do acordo, e mais R\$ 10.260.000 nos 19 anos seguintes, em 38 parcelas semestrais iguais, cada uma no valor de R\$ 270 mil. Os recursos deveriam ser aplicados em projetos elaborados pelos índios em conjunto com técnicos financiados pela empresa. A Arcel também havia assumido o compromisso de desenvolver o fomento por meio da exploração de eucalipto, a ser feita por indígenas, dentro de suas terras, além de pagar a água e a energia elétrica consumida pelos indígenas, até o total de R\$ 193.800, durante a prevalência do TAC. E, ainda, no prazo de dois anos, estudar a viabilidade física e econômica para implantação de projeto de abastecimento de água para a comunidade. A autora enfatiza três aspectos contidos no TAC:

O primeiro aspecto diz respeito ao fato de que o TAC seria, a partir de então, o impeditivo da luta pela terra. Com ele, os indígenas abriam mão da integralidade do seu território. O segundo diz respeito ao fato de a empresa implicar as comunidades indígenas no plantio de eucalipto, ou seja, o eucalipto

já não mais poderia ser visto como uma ameaça à subsistência das comunidades, porquanto ele se tornara, a partir de então, fonte de renda. E, por último, a empresa se comprometeu a pensar alternativas de abastecimento de água. Até aquele momento, ela era vista como a principal responsável pela destruição dos recursos hídricos e, de repente, tornou-se portadora da solução de um dos graves problemas enfrentados pela comunidade.²⁷

Posteriormente, o TAC recebeu mais dois aditivos a pedido dos índios. No último deles, em setembro de 2002, a empresa assumiu, entre outros compromissos, a doação anual de 35 bolsas de estudo em faculdades privadas para estudantes indígenas e a realização de estudo técnico de recuperação total dos rios Sahy e Guaxindiba, além de custear as obras de recuperação do rio Sahy até o limite de R\$ 120 mil. Mas a empresa não cumpriu este último ponto, o que se tornou o estopim para o rompimento do acordo em 2005.²⁷

A tentativa da empresa de impor um novo padrão produtivo à comunidade, baseado na agricultura mecanizada e intensiva, introduzindo nas aldeias o cultivo do café e do eucalipto, foi identificada pelo GT da Funai:³⁴

O uso de alta tecnologia de irrigação e equipamentos, as demandas de recursos humanos e de tempo e, principalmente, a introdução de novos métodos de organização do trabalho impostos pelo modelo adotado, mostraram-se inteiramente inadequados aos padrões tradicionais.³⁴

Um ano depois, as aldeias vivenciaram um dos episódios mais emblemáticos das humilhações, violência e agressões sofridas pelos indígenas lideradas pela Aracruz Celulose, com apoio do Poder Judiciário, do Estado e dos grandes veículos de imprensa. Para cumprir uma “reintegração de posse” nas aldeias de Olho D’Água e Córrego do Ouro, que haviam sido reconstruídas pelos índios após o processo de autodemarcação de 11.009 hectares, 120 policiais fortemente armados atacaram os Tupiniquim e Guarani com balas de borracha e bombas de efeito moral. Um helicóptero foi usado para intimidar os índios que, ajoelhados, pediam que não fossem machucados.⁴³

De acordo com a jornalista Flávia Bernardes,⁴³ para pegar os índios totalmente

indefesos, os policiais mentiram, informando que se tratava de uma visita de apresentação de uma nova delegada. A operação durou mais de quatro horas, destruiu as aldeias e deixou 13 índios feridos, entre crianças e mulheres, algumas delas grávidas. Quatro famílias foram expulsas de suas casas e praticamente obrigadas a assistir à destruição. Um opu, considerado pelos índios um espaço sagrado de orações, também foi destruído e queimado pela PF, com o auxílio dos tratores da Aracruz Celulose. Lideranças indígenas foram mantidas presas. A base da operação foi a própria Casa de Hóspedes da sede da empresa.

O massacre, autorizado pelo juiz federal Rogério Moreira Alves, da Vara de Linhares, foi divulgado em todo o mundo. A forte repercussão internacional, inclusive com inúmeros protestos, fez com que o governo sueco se desfizesse das ações na empresa. Considerou, para isso, as acusações contra a Aracruz de destruir a floresta nativa e ignorar direitos humanos no Brasil.⁴³

No dia 27 de agosto de 2007, finalmente foram declarados os 14.227 hectares como Terra Indígena Tupiniquim, de posse permanente dos índios Tupiniquim e Guarani Mbya (Portaria nº 1.463/2007 – TI Tupiniquim) e 3.800 hectares de Terra Indígena de Comboios (Portaria nº 1.464/2007 – TI Comboios), totalizando os 18.027 hectares reivindicados pelos índios.⁴²

Em dezembro do mesmo ano, um TAC entre a Aracruz e os índios, com intermediação da Funai, Ministério Público Federal e Ministério da Justiça, determinou obrigações em relação à retomada do território. Os eucaliptos plantados na área foram entregues à empresa, como forma de “[...] indenização pelas benfeitorias existentes, uma vez que ocupo as terras de boa fé”. À empresa coube o pagamento de uma indenização no valor de R\$ 3 milhões aos índios e a realização de estudos para quantificar os impactos decorrentes da monocultura, bem como as alternativas para recuperação da área e atividades de sustentabilidade das famílias indígenas.⁴⁴ O decreto de homologação do território foi assinado somente em 2010, no final do governo Lula.⁴⁵

No entanto, após décadas de luta para iniciar o processo de recuperação de seus modos de vida e tradição, os indígenas não estão livres de perder o território para os

interesses do agronegócio. A bancada ruralista do Congresso Nacional avança com a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215/2000, que transfere do Executivo para o Legislativo a competência exclusiva de decidir sobre as terras indígenas, abrindo prerrogativas para as áreas quilombolas e unidades de conservação. Caso aprovada, a medida prejudicará futuras demarcações e as terras homologadas, já que os parlamentares poderão também ratificar os processos já concluídos.⁴⁶

Outro golpe aos direitos dos povos indígenas é a Portaria nº 303, da Advocacia-Geral da União (AGU) que, assim como a PEC 215, permite a revisão dos processos já concluídos, com o agravante de proibir a ampliação das áreas demarcadas e ainda permitir intervenções (obras prioritárias do governo federal e do agronegócio) no território indígena, sem consulta prévia. Outro equívoco da portaria foi considerar as 19 condicionantes impostas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), no caso Raposa Serra do Sol, em Roraima, como base para as novas regras em todo o País, apesar de a decisão não ter efeito vinculante e nem ter transitado em julgado. A AGU recuou após protestos nacionais liderados pelos indígenas pela revogação da portaria, mesmo assim, somente até o STF julgar os embargos declaratórios de sentença publicada em 2009.⁴⁶

Hoje, em Aracruz, são sete as aldeias indígenas – três Guaranis e quatro Tupiniquins —, com população estimada em 2.466 índios.⁴⁴

Já os processos da recuperação do território pelos quilombolas do antigo território do Sapê do Norte estão todos paralisados devido a sucessivas contestações judiciais feitas pela Aracruz Celulose e por fazendeiros. Também atuam na contramão dos direitos dessas comunidades pressões da bancada ruralista do Congresso Nacional, que atende a interesses dos grandes latifundiários. No Espírito Santo, age contra a titulação dos territórios quilombolas o Movimento Paz no Campo (MPC).

Segundo Ferreira,³⁶ originado com os fazendeiros de São Mateus, com apoio do Poder Público Municipal, da Igreja, de pesquisadores locais e da Aracruz Celulose:

[...] o MPC organiza-se como reação à política de regularização dos territórios das comunidades remanescentes de quilombos do Sapê do Norte e projeta sua

inserção principalmente nas comunidades do município. Mas diferente das grandes empresas, que exercem sua dominação territorial de maneira impessoal, o poder dos fazendeiros se insere numa rede de antigas relações coronelísticas e é manifesto por meio de ameaças diretas, perseguições e jagunços, provocando o afastamento de lideranças e a desarticulação do movimento quilombola.³⁶

Essa articulação ganhou fôlego após a assinatura do Decreto nº 4.887/2003 pelo então presidente Lula, que regulamenta o procedimento de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos. O ato iniciou a regularização de terras no Estado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). O direito à terra pelos quilombolas também é garantido pela Constituição Brasileira.

Para a regularização fundiária, o Incra publicou as portarias referentes a São Jorge e Serraria/São Cristóvão, no norte do Estado; de Retiro, em Santa Leopoldina; e São Pedro, em Ibirajú, também no norte. Já Linharinho, com 9.542,57 hectares — 85% ocupados pela Aracruz —, teve portaria de reconhecimento publicada em 2007, mas a empresa questionou o ato e obteve vitória na Justiça, o que gerou a anulação da portaria. Novo processo foi aberto em outubro último, mas sua conclusão poderá levar de dois a três anos. O mesmo aconteceu com o território de São Jorge.⁴⁷

A comunidade de São Domingos aguarda análise de recurso pelo Gabinete do Incra, última etapa para publicação da portaria. No caso de Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim, a fase é de notificação dos interessados. Entre os processos que estão em andamento, encontram-se os territórios da Bacia do Angelim e de Roda D'Água, em Conceição da Barra, com a elaboração dos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID).⁴⁷

A situação do território quilombola no Espírito Santo não é diferente no restante do País. Balanço da Comissão Pró-Índio de São Paulo, que também atua na defesa dos direitos quilombolas, publicado no mês da Consciência Negra, aponta que, em 2012, apenas uma território quilombola recebeu título de posse definitiva do Incra. Os recursos judiciais que impedem o acesso à terra totalizam mais de mil. Até outubro do ano passado, foram publicadas quatro portarias de reconhecimento pelo governo

federal e sete Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID). Os números estão abaixo dos registrados em 2011, quando foram publicadas dez portarias, 21 relatórios e ainda um decreto de desapropriação.⁴⁷

A constitucionalidade do Decreto nº 4.887/2003 também é alvo de contestações no Supremo Tribunal Federal (STF), o que pode agravar a situação das comunidades quilombolas no Estado, caso a Corte decida em favor da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3.239/2004 impetrada pelo Partido dos Democratas (DEM). O Supremo iniciou o julgamento da ação em abril do ano passado, mas um pedido de visto adiou o processo, ainda sem data para ocorrer.⁴⁸

Um dos episódios mais significativos da violência empregada contra os quilombolas para atender aos interesses da Aracruz Celulose foi a operação da Polícia Militar realizada em 11 de novembro de 2009, tendo como alvo inicial a casa da liderança da comunidade de São Domingos, Berto Florentino. Na ocasião, ele foi acusado de participar da “máfia das madeiras”, recebendo multa de R\$ 3,6 mil, e teve seus móveis jogados no chão. A polícia levou a família inteira de Berto à delegacia, inclusive um filho cego, Sabino Cardoso Florentino. Ações semelhantes já haviam sido registradas outras duas vezes. Berto integra o Ticumbi e sempre liderou a cata dos resíduos do eucalipto da Aracruz na região.⁴⁶

Para essa operação, que culminou com a prisão de pelo menos 39 quilombolas, autorizada pelo juiz do município, Marcos Antônio Barbosa Souza, foi disponibilizado um verdadeiro aparato de guerra, com cerca de 100 policiais de tropas especiais de choque, fortemente armados, além da cavalaria, da polícia ambiental e do grupo de apoio operacional da PM, cavalos e cachorros, contando ainda com apoio de milicianos da Garra – segurança armada da empresa. Nenhum auto de prisão em flagrante foi registrado.⁴⁶

Devido às irregularidades cometidas, o Ministério Público Federal no Estado ajuizou duas ações civis públicas contra o governo capixaba, por danos morais coletivos, e outra por danos morais individuais, que requerem indenização aos presos algemados ilegalmente pelos policiais militares. O MPF pede que o Estado seja condenado ao

pagamento de R\$ 200 mil aos quilombolas e mais R\$ 50 mil ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos do Ministério da Justiça.⁴⁶

Na década de 1960/1970, existiam no norte do Estado cerca de 13 mil famílias quilombolas, hoje reduzidas a 1.100, que residem entre eucaliptais, canaviais e pastos³⁸. Vivem em estado de insegurança alimentar e nutricional, com dificuldades de obter uma alimentação diversificada e em quantidade suficiente, o que se deve à ocupação dos territórios quilombolas pela monocultura de eucalipto, que desestruturou seus modos de vida tradicional e o sistema de produção agroextrativista.⁴⁹

A reivindicação do território quilombola torna-se ainda mais difícil à medida que o governo capixaba, por meio do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal (Idaf), não divulga o mapa das terras devolutas no Espírito Santo, apesar das insistentes reivindicações dos movimentos sociais que têm a terra como questão central. A falta desses dados é empecilho à luta quilombola e também aos movimentos que se unificam nessa luta, as comunidades camponesas e os sem-terras.

A posse do território pelo campesinato significa a negação do capital, a negação do agronegócio e das práticas destrutivas do sistema dominante, esse é o modo pelo qual o camponês sai da dependência do mercado e livra-se do controle das empresas e das amarras das corporações internacionais, o controle do território exprime a garantia do pequeno produtor de ter a sua produção, o insumo e o acesso às feiras.⁵⁰

Segundo o jornalista Ubervalter Coimbra,⁵² o Incra no Estado calcula que, somente na comunidade de Linharinho, em Conceição de Barra, existam 1.000 hectares de terras devolutas. Há outras áreas já identificadas também em São Jorge e Serraria/São Cristóvão. Outros dados divulgados pelo repórter, em 2007, indicavam no Estado um milhão de terras devolutas — principalmente nos municípios de Linhares, Aracruz e São Mateus — e 100 grandes propriedades improdutivas, onde daria para assentar 100 mil famílias.

Mas a omissão do Estado nessa questão faz com que há anos a reforma agrária esteja praticamente paralisada no norte do Espírito Santo, incentivando a perpetuação de um

modelo que detém 77% do território nacional agricultável (as melhores terras); 85% do crédito agrícola; gera apenas 15% dos empregos no campo e produz somente 30% da alimentação brasileira.⁵³ Enquanto isso, os camponeses têm:

Apenas 23% do território nacional agricultável (as piores terras), montanhosas, difícil acesso, pouca água, ficam com 15% do crédito bancário – sendo que boa parte do crédito anunciado pelo governo não chega às famílias pelo descaso e burocracia dos bancos —, gera 85% dos empregos diretos (que não levam os trabalhadores a exposição de venenos, e produz 70% dos alimentos nacionais.⁵³

Considerando o último Censo Agropecuário, divulgado em 2006 (período de 1996 a 2006), no Estado, há grande número de pequenos estabelecimentos agropecuários, porém, proporcionalmente, esses representam pouca área. Já os médios e grandes estabelecimentos são poucos em número, mas ocupam imensa área. Isso significa que 79.302 pequenos estabelecimentos agropecuários (93,99% do total) ocupam uma área de 1.325.994 hectares (46,73% do total); médios estabelecimentos, com 5,19% do número, respondem por 35,33% da área; e os grandes estabelecimentos, com 0,18%, são responsáveis por 17,94% da área.⁵⁴

A área média dos pequenos estabelecimentos caiu de 22,95 ha para 16,72 ha cada, no período em análise. Os médios estabelecimentos agropecuários tiveram sua área média ampliada de 231,69 ha para 233,25 ha por estabelecimento agropecuário no mesmo período. Os grandes estabelecimentos também ampliaram sua área média no período, de 2.668,74 para 3.244,75 ha por estabelecimento.⁵⁴

Essa análise é feita a partir dos números do índice de Gini, que calcula o grau de concentração fundiária:

Alguns desses municípios se destacam, como é o caso de Conceição da Barra (0,811), Itapemirim (0,766), Aracruz (0,754), Mucurici (0,747), São Mateus (0,739), Ponto Belo (0,710) e Linhares (0,705). No período em análise (1992-2003), em seis desses municípios a terra ficou ainda mais concentrada [...]. Isso demonstra que é crescente a concentração fundiária também nos municípios em que a terra já é concentrada.⁵⁴

Ainda segundo o autor,⁵⁴ os dados alertam que a estrutura fundiária no Espírito Santo continua a caminhar para uma crescente concentração de terra, tanto no índice estadual como na maioria dos municípios. A maior concentração é no noroeste, litoral norte e sul do Estado, onde há predominância da pecuária extensiva, monocultura do eucalipto e cana-de-açúcar.

Lima⁵⁴ calcula que esses médios e grandes estabelecimentos, juntos, poderiam comportar 194,06 pequenos estabelecimentos. Se fossem de 100 hectares em média, seria possível torná-los 5.094 estabelecimentos agropecuários e não apenas 157, como é atualmente.

Em Conceição da Barra, território onde é mais evidente a presença da Aracruz Celulose e, portanto, a concentração fundiária, os pequenos estabelecimentos representam 94% do número, mas apenas 4% da área, enquanto os grandes apenas 1,5% do número, porém, com 87% da área. Se somados os médios e grandes, chega-se a 5% do número e 93% da área.⁵⁴

A terra sempre esteve associada ao poder. Os grandes proprietários de terra são, na maioria das vezes, os mesmos que detêm o poder político e econômico em um município ou região. Ter terra nessas condições pode facilitar o acesso aos financiamentos públicos, subsidiados pelo Estado. Quanto maior o tamanho de um estabelecimento, maior a possibilidade e o volume de recursos que uma pessoa ou empresa pode acessar dos cofres públicos. Quanto maior um estabelecimento, maior a possibilidade dessa pessoa acumular riqueza⁵⁴ [...].

Nas regiões onde estão os grandes projetos também não é realizada a reforma agrária, devido à supervalorização do hectare de terra. Previsões de 2007 para o Espírito Santo apontavam que o valor antigo, entre R\$ 2.500,00 e R\$ 4.000,00, já havia saltado para até R\$ 12 mil, que são pagos por quem tem poder de investimento, como a Aracruz Celulose. Essa situação possibilita que a empresa amplie sua capacidade de produção, comprando terras com dinheiro público.³⁹

Na agricultura camponesa, um hectare de café tem capacidade de gerar um emprego direto. Se for na horticultura, esse número sobe para até três ou quatro empregos. Enquanto que no monocultivo de eucalipto precisamos de 37 hectares para gerar um emprego. Assim, um investimento da indústria de celulose, além de concentrar renda e riqueza, vai concentrar, principalmente, a terra.³⁹

Ao não distribuir as terras, o Estado contribui para o agravamento das desigualdades sociais no Espírito Santo. A falta de interesse do poder público na reforma agrária é revelada não só na falta de interesse em agir, mas também nos números de assentamentos criados. O governo estadual criou assentamentos somente até 1991, ao todo 22, com 467 famílias e 4810,48 hectares.⁵⁴

Somados aos assentamentos nos governos Fernando Collor de Melo e Itamar Franco, o Estado passou a contar com 30 assentamentos, que abrangiam apenas nove municípios capixabas. Já no primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), os assentamentos se expandiram para mais 14 municípios. Esse movimento, porém, sofre uma queda no segundo mandato de FHC (1999-2002), quando foram criados apenas 12 assentamentos. Até 2002, o MST havia sido responsável pela criação de 82% dos assentamentos.⁵⁴

Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, houve a intensificação da luta pela terra, ampliando as ocupações, já que se criou maior expectativa em relação à realização da reforma agrária. No entanto, não houve avanços significativos e foram criados 16 assentamentos no Estado, principalmente na região oeste. No segundo mandato de Lula, o resultado foi ainda pior, apenas seis assentamentos, repetindo o elevado índice de atuação do MST nesses processos.⁵⁴

No balanço de 26 anos de luta do MST no Espírito Santo, entre 1984 e 2010, foram assentadas 4.258 famílias em 86 assentamentos, num total de 46.377,41 hectares, em 32 municípios capixabas. O movimento foi responsável por 71% dos assentamentos, 65% das famílias assentadas e 68% da área conquistada, presente em 25 municípios.⁵⁴

Apesar de não ser ainda a efetivação da reforma agrária, pois ainda é tímida a desconcentração da terra, mantendo grandes latifúndios, demonstra sinal de

que as conquistas serão viabilizadas a partir da luta e jamais por concessão do Estado, o qual tem criado políticas agrícolas e agrárias de manutenção e fortalecimento do latifúndio e do agronegócio, como é o caso da desproporcionalidade dos recursos para a agricultura familiar e empresarial/capitalista disponibilizado pelo plano safra.⁵⁴

O governo Dilma Rousseff consolida a pior marca dos últimos 17 anos em número de assentamentos. Em 2011, apenas 21,9 mil famílias de sem-terras foram assentadas no País, segundo dados do Incra.⁵⁵

4 FALSO VERDE

Embora a Aracruz Celulose explore o termo desenvolvimento sustentável em suas peças publicitárias e divulgue uma imagem de empresa social e ambientalmente responsável, teor registrado também nos Relatórios de Sustentabilidade que publica anualmente, a realidade das comunidades vizinhas às plantas industriais da empresa é de profunda miséria, resultado de constantes violações que negam a índios, quilombolas e camponeses o direito à terra, além de promoverem irreversíveis impactos à saúde e ao meio ambiente. A diferença gritante entre o que prega e o que promove é a prova clara de que a empresa se utiliza de estratégia de *marketing* para esconder o histórico “marrom” de sua atuação no Espírito Santo.

Representantes dos movimentos ligados à luta pela terra no Estado, quilombolas, indígenas, sem-terras e pequenos produtores rurais são unânimes em ressaltar a contradição do discurso:

Qualquer lugar que você vai, do boteco ao parlamento, as pessoas estão discutindo isso, numa ótica puramente econômica, porque virou um nicho de mercado. Do ponto de vista concreto para resolver a questão ambiental no mundo, até hoje não vi propostas na mídia, nos políticos, eu não vi nenhuma. O que apareceu até hoje são propostas fantasiosas que resolvem o problema dos capitalistas em continuar lucrando mais. Não é pra resolver o problema da sociedade e do meio ambiente, eles [capital] estão falando dos problemas deles, como resolver o problema deles (LIDERANÇA MPA, março de 2012).

“Na verdade mesmo é propaganda enganosa, as comunidades, está todo mundo sofrendo. Se chegar nas comunidades, ninguém tá tendo condições nem de fazer uma casa” (LIDERANÇA quilombola 1).

Eu acredito que enquanto cada família não ter autonomia, não consegue. Não consegue desenvolver... as famílias para ter autonomia, tem que ter uma roça, só se tiver autonomia, ter uns recursos que possa garantir fazer do jeito de entender de cada família, e um projeto que possa garantir a coletividade (LIDERANÇA indígena, agosto de 2011).

É da própria lógica capitalista de ser. Tentam jogar o problema para pessoa, indivíduo, cada um tem que resolver seu problema. É você que tem que fechar a torneira, é você que tem que botar seu lixo no local adequado. Tira o foco das grandes empresas e joga pro indivíduo, altera a lógica para manter tudo como está (LIDERANÇA MST, março de 2012).

A tentativa de legitimação pela empresa de uma imagem “verde”, sem discutir a transformação da matriz de produção econômica do País, reforça o vazio do termo que virou moda na sociedade capitalista:

Nenhum latifúndio jamais vai ser sustentável. Economia verde mantendo o modelo agrícola que a gente tem de monocultivo, de consumo de venenos, incentivando as pessoas a plantarem eucalipto para sequestrar carbono, é uma piada de mau gosto isso aí. Toda empresa ou Estado fala de projeto sustentável, qualquer coisa que for fazer, seja jogar veneno de avião, tem que fazer dentro de modelo sustentável. Sustentável em que sentido? Dentro de uma lógica capitalista, sem mexer no modelo de consumo e produção? Se não mexer nesses dois, o que está no meio é falso. Muitos projetos hoje que ganham destaque na mídia, como reciclagem de lixo, muito bonitinho isso, mas mexe nas matrizes? Se não, não tem efeito na sociedade, não tem resistência, não tem sustentabilidade, pode ser muito bonito pra propaganda, mas do ponto de vista do equilíbrio da sociedade, não resolve nada (LIDERANÇA MPA, outubro de 2011)

A própria lógica das empresas vem construindo política de mitigação dos problemas, concede algumas políticas pros pequenos, para tentar resolver os efeitos, não ir a fundo, ver a causa desses problemas ambientais. Ao mesmo tempo que divulga o aquecimento global, esse assusto da sociedade, busca a questão do Código Florestal para destruir áreas, reservas ambientais no Brasil (LIDERANÇA MST, março de 2012).

A mudança de nome de Aracruz Celulose para Fibria, após a compra pela Votorantim, também é parte da estratégia da empresa de tentar se desvincular dos mais de 40 anos de violações que promove no Espírito Santo. As comunidades que lutam pela reconquista do território apropriado ilegalmente consideram que os princípios da Aracruz são os mesmos, apenas mudou a forma de cooptação. Agora, até pior, pois ocorre de maneira ideológica e silenciosa, e considerando as comunidades parte do processo, o que é outro ingrediente da atual fase do capitalismo.

Os episódios de agressões e prisões arbitrárias deram lugar aos projetos sociais, cursos de qualificação e empregos dentro da própria fábrica. Como parte dessa nova “fórmula”, a empresa criou linhas de relacionamento com as comunidades, em que prega empenho em avaliar as necessidades e demandas das famílias. A esse trabalho, que consiste em “ciclos de diálogo”, ela deu o nome de engajamento com as localidades consideradas prioritárias, considerando “critérios de impacto, vulnerabilidade e importância”.³⁰

Segundo a empresa, esses encontros têm o objetivo de identificar o tipo de acesso que a comunidade tem a um conjunto de serviços públicos, como saúde, educação, transporte e saneamento básico; as questões ambientais relacionadas com o modo de ocupação do espaço pela comunidade – forma de disposição de lixo e esgoto doméstico e localização de nascentes que abastecem as residências e de locais reservados a atividades extrativistas (pesca e caça) que apresentam sinais de solo degradado ou em erosão; a vocação do potencial econômico das famílias, os canais de comercialização da comunidade e formas de acesso ao mercado.³⁰

Cabe ressaltar a amplitude de possibilidades apontadas no diagnóstico que a Aracruz garante realizar, que se contrapõe aos relatos das comunidades impactadas, à medida que os pontos enumerados passam ao largo das famílias ilhadas pelos eucaliptais. Nem políticas públicas, nem nascentes, nem caça, nem pesca, nem solo produtivo existem mais. Muito menos potencial econômico das famílias e acesso ao mercado. Os representantes dos movimentos pela terra dimensionam como o eucalipto afetou a vida das comunidades:

Hoje as famílias que resistiram no território estão numa condição, a grande maioria delas, com exceção de algumas, extremamente dependente, porque o Estado isolou quem ficou, quem permaneceu no território está isolado, ou seja, não tem acesso a políticas públicas, não tem acesso a crédito, não tem acesso a nada. Você está isolado, vai ter que sobreviver com suas pernas. Então as comunidades passam a viver uma situação de vulnerabilidade, uma situação muito frágil (LIDERANÇA MPA, outubro de 2011).

As comunidades estão morando tipo de favela, espécie de uma área urbana, aqui não é uma comunidade, é um amontoado em cima do outro, porque falta terra. Todas as comunidades passam por essa situação. O pessoal fica do jeito que Deus quer para sobreviver. Tá ruim o problema (LIDERANÇA quilombola 2, março de 2012).

Hoje a gente vê que não foi somente o desequilíbrio ambiental, foi o desequilíbrio social também. Nas periferias da cidade de Aracruz, Barra do Riacho, Barra do Sahy, também Vila do Riacho, muitas comunidades sofrem as consequências, como a empresa enganou muita gente, que ia ter muitos empregos. Sofrem hoje porque não têm atendimento básico nas periferias das cidades (LIDERANÇA indígena, agosto de 2011).

Um cenário totalmente oposto ao vivenciado por indígenas, quilombolas e camponeses antes da imposição do projeto, quando, ao invés da escassez, predominava a fartura, em todos os aspectos.

A comunidade [quilombola] tinha autonomia na questão alimentar, tinha muita caça e muita pesca, ou seja, tinha fartura de carne, muitas nascentes. Os inimigos da luta diziam que a comunidade não produzia nada. Não é verdade, produzia muita farinha, inclusive o mercado de São Mateus era lotado de farinha, que exportava farinha pra varias regiões produzida por famílias do Sapê do Norte. Produzia muita abóbora, muitos condimentos, temperos, urucum, muito. Pra necessidade das comunidades, produziam o básico. Rapadura, a farinha, tinha o beiju. As comunidades pescavam muito, muita pesca, os rios produziam muito, o rio Cricaré era a fonte deles de buscar peixes. Eles [quilombolas] dominavam a região, conheciam a região, transitavam em toda a região, não tinha cerca, era propriedade mista, os animais eram coletivos, muito animal de carga, pra transporte, pra viajar. Ou seja, a comunidade tinha uma condição boa (LIDERANÇA MPA, outubro de 2011).

Os povos aqui antigamente comiam muita caça. Nossos parentes, eu mesmo comi muita caça. Quando com dez anos ia pro Angelim e já sabia dar fígada na paca. Os peixes que eram bastante. O Córrego Angelim, em São Domingos, quando tava cheio, atravessava ou era nadando ou em algum lugar com pau

alto, o cavalo passava era nadando; hoje o córrego tá até traçado, não tem mais água. Outra coisa é o Ticumbi. Antigamente, quando acompanhava o Ticumbi, quando era moleque, os ensaios não eram no galpão, eram de casa em casa. Com a entrada do eucalipto, as pessoas do ticumbi alguns moram na área rural, mas a maioria estão na área urbana. Aquela festa que nos tinha, todo sábado, ter o prazer de ir ver ensaio, tomar café com beiju, essas coisas, acabou (LIDERANÇA quilombola 2, março de 2012).

De primeiro a gente tinha muitas coisas. A própria natureza oferecia o que a gente precisava e precisa. Mas hoje em dia a gente não tem a própria natureza. Este restinho de mata que nós temos a gente não encontramos os materiais que sempre tinha antes (LIDERANÇA indígena, agosto de 2011).

Para as comunidades quilombolas, a Aracruz Celulose destina o que considera o mais importante recurso da sua estratégia de engajamento, o Programa de Desenvolvimento Rural Territorial (PDRT), com o objetivo de apoiar a “[...] produção agropecuária, assistência técnica integral, irrigação, unidades de beneficiamento, qualificação e apoio à gestão PIMA (Produção Integrada de Madeira e Alimento)”, conforme Relatório de Sustentabilidade (2012).³⁰ Para isso, ela oferece um pedaço da terra que tradicionalmente não lhe pertence às famílias que são de fato as verdadeiras donas do território, para que possam, assim, produzir. A isso se dá o nome de comodato, acordo que já foi firmado com algumas famílias e que gera uma outra situação preocupante para a luta quilombola e ainda mais favorável à Aracruz Celulose: aceitar o comodato é reconhecer que as terras pertencem à empresa.

A empresa pode chegar no Ministério Público e falar: ‘Acertei tudo com a comunidade, abri uma área, eles vivem na área’, e pronto acabou. Já passaram a perna a primeira vez, vão passar a segunda. A gente sabe muito bem qual é a intenção da empresa. A empresa não tem intenção de ajudar ninguém; a intenção dela é lucro, lucro, lucro, lucro. Eles vivem disso (LIDERANÇA quilombola 2, março de 2012).

Pra mim isso foi um erro ter aceitado, porque não dá para família sobreviver, um hectare não tem apoio, não tem água, não tem crédito, não tem semente, não tem uma orientação. O que vai fazer com essa produção? Muitos não conseguem fazer esse hectare produzir, porque vai ter que continuar trabalhando empregado, buscando uma outra renda fora. A terra passa a não

produzir, qual a imagem que sai pra fora? Pra que querem muita terra, se não conseguem produzir em pouca? Não pode aceitar nenhum presente do inimigo, porque todo presente tem um ingrediente ali que vai dominar a ideologia das pessoas. Aceitar foi um erro (LIDERANÇA MPA, outubro de 2012).

Ao contrário do que a empresa tenta transmitir para a sociedade, as comunidades não têm voz na definição de nenhum passo do programa. É a própria Aracruz Celulose quem decide o que as famílias podem ou não podem fazer. A mesma imposição que utilizou para se apropriar do território mantém-se viva nas relações atuais.

Eu não concordo com a forma que estão conduzindo, por parte da empresa, comparando eles ao Estado, eles não são Estado, são empresa. Diz que quer fazer investimento, comodato, tem um processo de desapropriação das áreas, eles entram no meio, então eles acham que têm força maior do Estado (LIDERANÇA quilombola 2, março de 2012).

Quem sabe o que nois precisa somos nois. Não é o que a empresa quer. Trouxeram areia, cimento, brita, lajota, para fazer galinheiro, chiqueiro. Pra criar galinha caipira, vender ovos de galinha caipira. Todo mundo, se tiver 20 pessoas, vão fazer a mesma coisa. Onde tem mercado para vender esse monte de ovos de galinhas? Isso não vai manter as famílias, tem que ver o que é bom pra gente, o que é bom pra família da gente (LIDERANÇA quilombola 1, março de 2012).

Quando eles [Aracruz] diz assim: olha, nós vamos trazer dez caixa de abelha sem ferrão pra você...dois vai cuidar, depois dividir... então é uma coisa que ela [Aracruz] quer usar e que na hora ela tá querendo, tem interesse de pegar o selo verde, tá querendo que as comunidades faça a vontade dela, pra pegar o selo verde (LIDERANÇA indígena, agosto de 2011).

A Aracruz garante empreender, nessa proposta, um orçamento de R\$ 5,7 milhões em sua fase atual, afirmando ainda que já atinge 24 comunidades em cinco municípios dos Estados onde seus plantios estão localizados, beneficiando diretamente 927 famílias, “[...] com mais de 1.530 hectares de plantios florestais convertidos para agricultura familiar”.³⁰ Além disso, afirma que essa “nova relação” com as comunidades qualificou

o diálogo sobre demandas por terras. Sendo assim, a empresa estabeleceu, como meta para 2013, iniciar o “diálogo” sobre a questão de demarcação de terras para os quilombolas, o que deve resultar em um projeto piloto.³⁰

Qualificar o diálogo sobre a recuperação do território, para a Aracruz, significa conseguir seduzir cada vez mais famílias a aderir ao programa, o que agrava um processo já existente no antigo Sapê do Norte, de desarticulação do movimento quilombola. Isso porque outra força contrária também prejudica essa luta, o atrito de origem entre as comunidades de São Mateus, que têm presença forte da Igreja Católica, e as de Conceição da Barra, que em sua maioria mantêm os rituais de seus antepassados, como a Cabula.

Essa Aracruz Celulose que tenta transparecer uma relação harmoniosa com as comunidades quilombolas é a mesma que também eliminou a última alternativa de sobrevivência que restou às famílias após os prejuízos gerados por seus plantios no norte do Estado, a cata dos resíduos de eucalipto, que os quilombolas utilizam para fazer carvão e vender a preços irrisórios. Apesar de não utilizar esses resíduos, pois constituem lixo para a empresa, a Aracruz nunca facilitou o acesso das famílias a eles, pelo contrário, a atividade foi motivadora de inúmeras prisões arbitrárias e agressões. Muitos quilombolas ainda respondem a processos judiciais.

A Liderança quilombola 2 afirma que praticamente não se encontram mais os resíduos. Primeiro, a empresa reduziu o diâmetro, que variava entre sete e oito centímetros, para três e dois centímetros. Nessa condição, tornou-se impossível encher um caminhão, como ocorria antigamente. Em 2012, a Aracruz anunciou que irá triturar em uma máquina os restos de eucalipto. Para justificar sua decisão, criou antes um cenário de discórdia e brigas, permitindo a cata por muitas pessoas, inclusive de fora das comunidades quilombolas.

Dessa maneira, a Aracruz conseguiu mais uma vez desestabilizar a luta quilombola e ainda levou pessoas que viviam da atividade para dentro da empresa.

Quando a comunidade começou a reorganizar, reivindicar, eles [Aracruz] entraram no meio, negociando, e puxando gente pro lado deles, oferecendo benefícios. Logicamente, se você está aqui e o cara te oferece a colocar um caminhão lá, você vai colocar. E você, querendo ou não querendo, fica impedido de fazer alguma coisa. Tá dentro da empresa. Foi uma estratégia deles [Aracruz] (LIDERANÇA quilombola 2, março de 2012).

No caso dos indígenas, a Aracruz Celulose criou o Programa de Sustentabilidade Tupiniquim e Guarani no Espírito Santo, propondo a “[...] recomposição florestal e recuperação ambiental; fortalecimento cultural; fortalecimento das associações comunitárias, e o Fundo de Apoio a Iniciativas Comunitárias (FAIC) – financiar iniciativas familiares e comunitárias indígenas.³⁰

A empresa continua mantendo a exploração da terra, a exploração, a destruição. Continua a destruição. Da vida social, da vida nas comunidades. A consequência está sempre presente. E hoje a gente vê que a empresa, a Aracruz Celulose, ela vendeu ação para a Fibria, mas continua com o mesmo sistema dela. Então hoje a gente vê que a Fibria quer repor, fazer o plantio de muda nativa de graça. Usar a força física das comunidades, a mão de obra de graça. Não fomos nós que destruímos, foi a própria empresa que destruiu a natureza, o equilíbrio ambiental no município de Aracruz...(LIDERANÇA indígena, agosto de 2011).

Apesar de ter parte do seu território reconhecido, os Tupiniquim e Guarani se encontram também em situação de dificuldades, já que não têm investimentos para produzir seu próprio alimento e tirar o sustento das famílias indígenas. No período de inverno, quando as comunidades não conseguem vender artesanato, falta comida nas aldeias. A liderança indígena coloca como prioridade, hoje, plantios da agricultura familiar, além de repovoamento dos tanques de peixe. Essas demandas foram feitas às Secretarias de Agricultura estadual e municipal, sem resultados. Com a falta de uma alimentação adequada, os indígenas passaram a conviver com constantes problemas que afetam a saúde:

Eu lembro do que a minha avó e minha mãe sempre dizia: ‘não foi eles que fizeram a terra. Não foi os diruá. Não foi os governantes não indígena. Não foi eles que fizeram a terra. Foi Deus que fez a terra, então somente Deus pode

dizer que a partir de hoje os povos indígenas não pode usar mais o território. Somente Deus é que pode dizer isso. Não é o próprio governante da terra. Os governantes da terra só quer explorar mesmo' (LIDERANÇA indígena, agosto de 2011).

A Aracruz também divulgou o programa de Assentamentos Sustentáveis, desenvolvido com o MST na Bahia, e de Negócios Comunitários, com pescadores de Aracruz e Caravelas (também na Bahia), segundo ela, para “[...] apoio à gestão das associações de pescadores, reforma de infraestruturas comunitárias e empreendimentos de negócios comunitários”.³⁰

Em todas as linhas de atuação dos programas propostos pela empresa, é perceptível a posição de destaque das associações, por onde a Aracruz pretende facilitar seu processo de cooptação, tornando as relações com as comunidades institucionais. A liderança do MPA pontua que a empresa não tem interesse em conversar com as comunidades; é muito mais lucrativo para ela fazer isso por meio dos presidentes de associações, a quem oferece inúmeras possibilidades, mas somente para quem é associado. Em Sapê do Norte, a Aracruz só assina convênios com entidades quilombolas que não têm o nome quilombola. Dessa maneira, a empresa se previne contra a luta de reconquista do território.

Ao mesmo tempo em que tenta divulgar ao máximo suas “boas intenções” em relação às comunidades impactadas, para passar uma realidade totalmente oposta à registrada nos locais onde está instalada, a Aracruz Celulose age em outra frente, que é a insistente criminalização dos movimentos sociais que tentam recuperar o território tomado por eucalipto. Os esforços para chegar à sociedade, com uma imagem de empresa engajada em questões que estão no centro dos debates atuais em todo mundo, são representativos também nos vultosos investimentos destinados aos grandes veículos de comunicação. Tática semelhante da empresa é tornar a classe política forte aliada, financiando campanhas majoritárias e proporcionais, como faz em toda disputa eleitoral no Estado. Sem uma imprensa imparcial e com o silêncio dos políticos, a Aracruz reforça na ideologia da sociedade capixaba conceitos que associam sua atividade ao progresso e à geração de empregos, isolando os movimentos sociais da sociedade.

No contexto do modelo econômico em vigor, em que ter dinheiro significa poder e influência, é a Aracruz Celulose quem dita as regras também no Judiciário, um dos principais facilitadores dos interesses da empresa no Estado, em detrimento dos direitos humanos e da preservação do meio ambiente.

Até os próprios sabedores dos direitos, sabedores das leis, quando chegam no poder são preconceituosos. Até o próprio juiz, quando pega o poder... quando está no poder, ele usa o poder contra a comunidade porque são escravos de preconceito, discriminação contra as comunidades, então é isso também, a gente vê que a gente passa por tudo isso (LIDERANÇA indígena, agosto de 2011).

Esse forte sistema que cria, perante a sociedade, uma Aracruz Celulose sem qualquer arranhão em sua atuação, consiste em outra forma de cooptação e violência, que enfraquece a luta pela terra.

No Estado todo, aparelho local, Assembleia Legislativa, Câmaras, Executivo, Judiciário, 100% dominado pela empresa, e a sociedade, que é o mais interessante, não participa desse processo, não se envolve e se dá algum palpite, é baseado em informações que a mídia passa, favoráveis à empresa (LIDERANÇA MPA, outubro de 2011).

Até pouco tempo, a própria empresa falava que chegou dez anos antes do povo indígena, do povo guarani. Isso, também tudo, querem enganar a opinião pública; as próprias comunidades. As pessoas que às vezes estão mal informadas, pegar as pessoas para ir contra as nossas comunidades, pra ter mais preconceito ou discriminação. Então, hoje a gente vê que grandes: A Gazeta, o Globo e outros da imprensa que sempre faz a reportagem, sempre contra o povo, a comunidade. A revista Veja, que falou contra o nosso povo guarani, disse que o povo guarani foi exportado pela Funai, do Paraguai. Até isso a gente sofreu (LIDERANÇA indígena, agosto de 2011).

“Eu vou lá falar a verdade, ela [Aracruz] vai falar mentira, ela tem dinheiro, passa por cima da minha verdade” (LIDERANÇA quilombola 1, março de 2012).

A mídia burguesa não divulga ou busca divulgar o mínimo possível, só quando não tem jeito que eles divulgam. Compõe a lógica de tirar a pauta da reforma agrária como pauta da sociedade. Utiliza a mídia para difamar (LIDERANÇA MST, março de 2012).

Soma-se a esse cenário a participação e omissão do Estado, que não destina políticas públicas a essas comunidades nem atende às suas demandas, mas concede benefícios fiscais e licenciamentos em tempo recorde à empresa, independente do passivo ambiental de cada projeto, e ainda a prestigia em solenidades realizadas sempre que pretende fazer qualquer anúncio de expansão ou inauguração. “O governo fala que vai fazer projeto e não faz. A empresa diz que vai fazer e não faz nada. Tudo empurrado com a barriga” (LIDERANÇA quilombola 2, março de 2012).

Até hoje não teve um apoio [governo do Estado] assim pra nossas comunidades. Mas apoiar a empresa teve muito. Apoiou bastante. A gente mesmo, as comunidades, até hoje não...Nós temos uma casa de reza ali e que precisamos ampliar e até agora não conseguimos nenhum recurso. Eu solicitei recurso dizendo assim, com a empresa...tem um recurso pra ajudar, pra melhorar a casa de reza, pra ampliar? Até agora não deu nem resposta. (LIDERANÇA indígena, agosto de 2011)

A questão das terras devolutas é mais uma dessa lista de elementos favoráveis à Aracruz, que detém as terras mais agricultáveis do norte do Estado. O governo capixaba, até hoje, não destinou nenhuma dessas áreas para a reforma agrária, mas, conforme relatou a liderança do MST, em 2012, iniciou a veiculação de propagandas para tentar resgatar a questão, informando que iniciou o mapeamento dessas terras. Curiosamente, o primeiro município é Água Doce do Norte, onde não tem latifúndio. “Por que o levantamento não começa por Linhares, Conceição da Barra e Aracruz, onde tem latifúndio e terra devoluta?”.

Ao mesmo tempo, o governo criou em 2011 a Lei nº 9.769, que regulamenta o regime jurídico das terras devolutas, sua arrecadação e legitimação no Estado. Na prática, trata especificadamente de facilitar a posse dos locais ocupados por membros da mesma família, produtores rurais ou empresas, sem priorizar a arrecadação para fins

de reforma agrária, como demandam os movimentos sociais. Conta a liderança do MST que a lei permite legalizar, no máximo, 250 hectares por pessoa, extensão que não é pequena, se considerada a realidade do Espírito Santo. Outro problema é a propriedade poder ser dividida entre os parentes, o que garante a legalização de grandes latifúndios:

A luta pela terra é a luta contra o latifúndio e, hoje, a luta também contra o agronegócio. Se antes o latifúndio explorava pela terra não produtiva, hoje é pela terra produtiva. Produzindo, mas não distribuindo a terra, nem os frutos da terra, continua concentrado. Não desconcentrar terra não desconcentra riqueza, a renda, e torna uma vastidão de pessoas despossuída das condições básicas de sobrevivência (LIDERANÇA do MST, março de 2012).

Esta articulação entre a empresa e os demais poderes também impediu que o MST conquistasse terras da principal latifundiária do Estado, embora o movimento tenha feito ocupações com esse objetivo. A maior delas em uma área ambiental, ocupada por eucalipto em Vila do Riacho, município de Aracruz. Em relação ao governo federal, a situação não é diferente:

A visão do governo atual é de não criar mais assentamentos, e sim tornar mais produtivos e organizados os existentes. Não negamos essa política que tem que desenvolver assentamentos, compartilhamos, mas não quer dizer que os outros que ainda lutam pelas terras têm que se sentir satisfeitos porque alguns conquistaram e estão bem. Não. Tem que contemplar porque os outros também precisam de terra. Defendemos que tem que promover políticas, mas isso não pode substituir a conquista de terras pelas famílias que estão acampadas (LIDERANÇA do MST, março de 2012).

O avanço da empresa sobre os recursos naturais é outro indicativo da política devastadora implantada pela Aracruz Celulose desde que chegou ao Estado, desconsiderando a importância de ecossistemas que sempre foram integrados aos modos de vidas das comunidades tradicionais.

O eucalipto traz dois problemas: primeiro, a perda da fertilidade do solo; o outro problema é que começa a diminuir as águas. Tem outro problema que é a questão do envenenamento e a capina química. Muitos morreram (LIDERANÇA do MPA, outubro de 2011)

O grande problema é que foi um projeto sem planejamento, porque meteram o trator, plantavam em cima de nascente, derrubavam casa, as referências, cemitério, pé de coco. Não existia um respeito, uma disciplina, para que pudesse readquirir essas terras. Foi uma coisa absurda. Pode ver Conceição da Barra, tem mais de 80% de área tomada só por eucalipto, falam 76%, mas é uns 80%. Com cana, dá 90%. Sobrou 10% pra área agricultável. O eucalipto chupa muita água dos rios, é provado isso. Outras regiões aqui pra cima que nós fomos ver, mesmo de pastagem, água é limpinha; da área onde tem eucalipto, é toda vermelha. Pode ir e comparar, as diferenças nas bacias hidrográficas e nascente (LIDERANÇA quilombola 2, março de 2012).

Então eu sempre digo que a destruição que eles [Aracruz] fizeram acabou com a natureza, acabou com o rio, então ela até agora não pagou ainda. Tá devendo muito ainda pra nós. Ela tem que pagar uma indenização que ela não tem nem ideia o que ela tem que pagar de indenização (LIDERANÇA indígena, agosto de 2011).

Esse conjunto de fatores políticos, sociais e ambientais relacionados com a atuação da Aracruz Celulose no Espírito Santo chega à sociedade de forma blindada, impedindo que a luta dos movimentos sociais pela terra seja compreendida como uma luta de toda a sociedade. Incorporar esse entendimento tornou-se, portanto, o principal desafio das comunidades impactadas, como relata a liderança do MPA. Mas para que isso ocorra, é necessário organizar a luta e preparar a militância. Só assim será possível criar espaços de interlocução na sociedade e conquistar a opinião pública:

A primeira coisa que tem que quebrar na sociedade é o que está na cabeça das pessoas, que os quilombolas estão impedindo o progresso. Tem que desmistificar isso. Para sociedade o progresso está na mão das grandes empresas, do agronegócio; não está na mão do povo, do camponês, dos quilombolas. Dizer: 'olha, o que vocês estão vendo de progresso e geração de emprego é falso'. Depois colocar proposta na área de produção de alimentos, por exemplo. Trazer a sociedade pra conhecer o território. O discurso é importante, mas ele tem um limite. As comunidades têm que ir pra cidade, falar

da proposta dos alimentos, de preservar o meio ambiente, isso é estruturante para a sociedade (LIDERANÇA MPA, outubro de 2011).

As lideranças do MPA e do MST mostram que o campesinato pode contribuir com a solução para os principais problemas existentes na sociedade hoje, como o crescimento das cidades e as questões ambiental e alimentar. Papel fundamental nesse processo têm os movimentos sociais, assim como a juventude das comunidades. A partir da atuação desses movimentos, é possível promover a formação da militância e, depois, estipular tarefas de luta.

Eu digo assim que todo e qualquer projeto de sociedades precisa ter o campo como ponto de partida, porque todos os problemas que a sociedade criou até hoje originaram a partir de uma má estruturação do campo, má reformulação de políticas para o campo, afastamento das pessoas do campo. Os problemas partiram do campo. Para o capitalismo se consolidar no campo, é preciso afastar o povo do campo (LIDERANÇA do MPA, outubro de 2011).

O problema ambiental continua sendo latente, a questão dos agrotóxicos é da sociedade brasileira, o índice de gente morrendo de câncer, a grande maioria tem origem nos uso de agrotóxicos; a questão da água, a questão ambiental de modo geral, torna explícito que a questão agrária é muito mais atual que anteriormente. Se é atual, a luta continua atual e necessária (LIDERANÇA do MST, março de 2012).

Com lideranças engajadas nas comunidades, atuando em favor da luta, tornam-se reduzidos também os espaços para as cooptações da Aracruz Celulose, fortalecendo, assim, os processos de reconquista do território, bem como a recuperação dos modos de vida tradicionais. Igualmente importante é a união das comunidades na condução dessa luta e a atuação em conjunto dos movimentos sociais, que integram ainda uma organização maior, a Via Campesina. Essa estrutura permite a articulação de estratégias e amplia o alcance das reivindicações. A liderança do MST resume a questão: “O que nos unifica? Ter visão que o inimigo nos unifica, porque é comum, mas também nos unifica a luta e a visão de sociedade”.

Organizar o movimento de maneira unificada, e em redes de articulação, foi inclusive o que possibilitou a retomada do território indígena de Aracruz:

Nós entendemos que nós organizado seríamos mais fortes, e a gente sabendo que nós somos capaz de ter a nossa responsabilidade quando a gente tem de conseguir reconquistar o território, temos de ter condições de dar oportunidade e garantir também o próprio futuro da nossa criança. Das crianças que precisa de território garantido. Garantir o futuro pra que não se passa como outros parentes. Hoje a gente vê que aqui, no Estado, que a gente lutou bastante, a gente sentou, discutiu e não ficou somente teoricamente. A gente fizemos ações pra entrar na luta, então, assumiu a responsabilidade que a Tatatin-Roa-Reteé dentro do sistema guarani, como ela cumpriu a missão, e a gente tinha que manter e dar continuidade à missão dela. Como eu sempre eu falo, a história do nosso povo não é de agora. E dar continuidade, isto é história viva do nosso povo Guarani. Então a gente sempre continuamos, e hoje a gente tem outro desafio (LIDERANÇA indígena, agosto de 2011).

As declarações dos representantes das comunidades impactadas pelo eucalipto que têm a terra como ponto central deixam claro que, mesmo diante de um inimigo gigante e poderoso, a luta é o único caminho para recuperar o que perderam, conquistar novamente a sonhada autonomia e, assim, reparar a injustiça histórica cometida contra os povos tradicionais.

A posse do território, porém, não encerra o ciclo de lutas, como podemos observar nas falas dos representados dos movimentos sociais. É o ponto de partida, o primeiro e mais importante passo.

Não dá para imaginar que conquistar a terra, conquistou a liberdade, a liberdade se conquista no dia a dia, é continuar organizado, lutando. É uma necessidade de continuar exigindo dos órgãos competentes de criar condições pra isso. Exigir e se organizar para obter aquilo que é necessário para continuar vivendo no campo, conquistar infraestrutura econômica e social, construir vida digna no campo e continuar lutando para desconcentração da terra. Mas também tem luta por uma transformação da sociedade (LIDERANÇA MST, março de 2012).

Hoje eu creio que a gente tá aí pra dar continuidade e ir à luta. Eu creio que a Tatatin Roa-Retéé, ela, a minha avó, que foi uma líder, que mantém a nossa crença, o sistema guarani, a essência do povo guarani, continua vivo. E a história também do povo guarani continua mantendo isso. É a importância que a gente sentimos que nós temos. Então, a gente sempre, eu creio, que a gente vai dando continuidade de lembrar tudo isso (LIDERANÇA indígena, agosto de 2011).

Somente com essas condições seria para eles possível ter o que consideram um desenvolvimento de fato sustentável, oposto ao propagado pela Aracruz Celulose em suas propagandas.

Viver bem é quando você vive com a natureza. Viver artificialmente, sem preservar e conviver com a natureza, você não está vivendo bem. Viver da própria roça, para levar pra casa, era o de antes. Pensar no planeta como um todo, recuperação dele, pros filhos, netos, bisnetos, viver bem. Ninguém tem nada mais nas comunidades. Tudo foi acabando. A gente tinha antigamente as coisas pra comer (LIDERANÇA quilombola 2, março de 2012)

Hoje nós precisamos de garantia mesmo, porque, se a gente não tem garantia, a gente não vai conseguir a melhoria, porque o próprio sistema não indígena trava a soberania do bem-estar do nosso povo, nós queremos de outro jeito ser atendido como cidadão brasileiro, um povo, comunidade. Muitos colocam barreiras para que a gente não chegue até a autonomia. O coletivo da comunidade. Se tiver outros na frente, nunca vai ter autonomia pra gente, porque nós sabemos respeitar o meio ambiente, sabemos explorar sem destruir, sem extermínio das espécies. Nós sabemos como cuidar pra que não venha o desequilíbrio com o meio ambiente. Então, tudo isso são os saberes do nosso povo, do nosso povo guarani (LIDERANÇA indígena, agosto de 2011)

Qualidade de vida e saúde do solo, alimento saudável, pra produzir população saudável. Querem resolver o problema do aquecimento global, do abastecimento alimentar? Invista na reforma agrária, comece pela reforma agrária. Vamos acabar com o latifúndio, fazer tudo pequenas propriedades. Nas pequenas propriedades, apoio à produção ecológica e à preservação do meio ambiente. As pessoas que estão na cidade e querem trabalhar no campo,

criar condições para voltar ao campo, ou seja, nós mexemos numa questão estrutural (LIDERANÇA MPA, outubro de 2011).

A biodiversidade está intimamente relacionada à sociodiversidade. Pela sociodiversidade é que se preservou a biodiversidade. Onde foi construído projetos hegemônicos de monocultura, diminuiu essa biodiversidade. Não só na lógica de palavrado, de termo, precisamos conceber sociodiversidade com biodiversidade. Fácil, necessário e humanamente justo (LIDERANÇA MST, março de 2012).

Ao compreender o universo das comunidades impactadas pelo empreendimento da Aracruz Celulose no Espírito Santo, considerando os relatos sobre a realidade dos locais onde estão situadas, demandas e ideais para construção de uma sociedade justa e igualitária, torna-se ainda mais evidente que a atuação da empresa não tem suas bases nos compromissos social e ambiental. Assim como determina a máxima do sistema capitalista, a empresa busca o lucro a qualquer custo, nem que para isso tenha que adotar, como regra principal de sua política, o desrespeito aos povos tradicionais, às leis e ao meio ambiente. São duas realidades totalmente opostas, com a diferença de que uma pode ser comprovada na prática, a outra tenta persuadir pelo discurso.

5 CONCLUSÃO

O discurso do desenvolvimento sustentável explorado pelas empresas que representam o sistema dominante, à medida que reforça as matrizes de um modelo econômico preconceituoso e discriminatório em harmonia com a conservação ambiental, não tem a intenção de estabelecer caminhos para se alcançar novos paradigmas, a partir de uma economia com base nas justiça social e ambiental, capaz de diminuir a concentração de terra e as profundas desigualdades sociais que relegam a muitos brasileiros uma condição de miséria extrema.

A lógica equivocada do termo considera ilimitada a possibilidade de exploração sistemática dos recursos naturais pelas empresas capitalistas, em busca de alcançar seus objetivos fundamentais de aumentar a produção e o consumo para produzir riqueza. Dessa maneira, a destruição ambiental ocorre em escala progressiva, bem como se acentua o distanciamento entre pobres e ricos.

Outro ponto igualmente equivocado é a concepção de que o crescimento econômico é infinito. À medida que avança sobre os recursos naturais à exaustão, o capitalismo contribui para o estreitamento das próprias condições necessárias para se propagar. Embora as consequências ocorram em ritmo mais lento do que o avanço do capital, o planeta já emite sinais de que não suportará a voracidade do modelo econômico vigente, baseado na forte concorrência e lucros cada vez mais exorbitantes para poucos, enquanto a maioria, relegada à própria sorte, não dispõe dos serviços básicos necessários para a sobrevivência.

A Aracruz Celulose e seus mais de 40 anos de violações praticados no norte do Espírito Santo são exemplos claros dessa economia que explora, divide e desconhece o outro, configurados em indígenas, quilombolas, sem terras e camponeses. Uma economia que também desconhece a natureza e, principalmente, o valor que ela representa a esses povos.

Ao não buscar estabelecer novas formas de produção e consumo, respeitar os seres humanos e compreender que os limites ambientais são cada vez mais restritos, o

conceito que a empresa prega, em suas peças publicitárias, discursos e relações de poder, é falso e ilusório. O desenvolvimento econômico promovido pela Aracruz Celulose não é e nunca foi sustentável.

Por trás do discurso “verde” da empresa, está uma realidade que não pode ser desconsiderada pela sociedade. A monocultura do eucalipto afastou as comunidades tradicionais de suas origens e transformou o antigo território, lugar de saberes, troca e identificação, em espaço de dificuldades e sofrimento.

As comunidades tradicionais empreendem esforços diários na tentativa de cultivar os modos de vidas de seus antepassados e manter as relações com o meio ambiente que herdaram de berço. O que move índios, quilombolas, sem-terras e pequenos camponeses, em meio a tantas dificuldades, é o sonho e a necessidade de lutar pela recuperação do território explorado pela Aracruz Celulose, para que se reencontrem em suas origens e recuperem as perdas causadas por um projeto que provocou profundas transformações nos modos de organização de suas famílias.

Primeiro, a luta pela terra, depois a luta por permanecer no campo em condições dignas, mas, sobretudo, viver em constante estado de luta, por uma sociedade mais justa.

O que possibilita essa luta são a organização e a atuação dos movimentos sociais nela inseridos. O envolvimento das comunidades é imprescindível para revelar a verdadeira face da Aracruz, rompendo o forte sistema de favorecimentos, poder e interesses que envolve a empresa no Espírito Santo, tendo como atores principais, além da empresa, o governo do Estado, o Judiciário, a chamada grande mídia e a classe política. Os movimentos sociais são imprescindíveis para fazer esse papel, fortalecendo-se em redes de entidades que tornam essa luta universal. Os índios Tupiniquim e Guarani das aldeias de Aracruz são exemplos da importância e da força dessas articulações.

A realidade das comunidades impactadas prova claramente que o empreendimento da Aracruz Celulose não é sinônimo de progresso e desenvolvimento econômico, discurso propagado para a sociedade com o objetivo de defender o empreendimento da

transnacional desde o período de sua implantação, durante a ditadura militar, até os dias atuais.

No norte do Estado, é evidente o quadro de pobreza social resultado dos extensos plantios de eucalipto, que eliminaram as alternativas de sobrevivência das famílias ilhadas por essa monocultura e pelo rompimento da relação antes estabelecida entre as comunidades, a terra, o meio ambiente e a cultura tradicional. Criou-se, assim, uma situação de dependência e miséria, que favorece a interferência da empresa nessas comunidades, na tentativa de fragmentar a luta.

O quadro se repete em muitas outras regiões do País e mostra que o caminho em busca de uma nova economia ainda é longo e distante. Para tornar-se viável e resultar de fato numa transformação da sociedade, primeiro é necessário estabelecer uma nova fase de relação entre os seres humanos, que tenha como base os princípios da sustentabilidade. Significa reconhecer os limites do meio ambiente e propor uma nova compreensão de mundo.

Os conceitos apresentados até agora pelas empresas que dominam o mercado econômico, como uma maneira de oferecer soluções para os problemas ambientais que se mostram alarmantes em todo mundo, são ineficientes e superficiais. Integram estratégias do próprio sistema para continuar se expandindo e, assim, obter mais lucros, sem sofrer arranhões em sua imagem. Os termos desenvolvimento sustentável e economia verde, o segundo uma nova expressão do primeiro, são parte desse discurso do qual o capitalismo se apropriou e aperfeiçoou de acordo com a necessidade, criando ações que nada mais fazem do que reforçar um modelo econômico excludente e preconceituoso, porém, travestido de “verde”.

Uma nova economia precisa ter como ponto de partida o envolvimento de todas as comunidades no processo de desenvolvimento, de maneira a garantir a elas condições da vida digna e sua autonomia, sem as imposições do sistema capitalista, que implanta seus projetos poluidores ignorando os atores que integram o lugar, suas tradições e histórias.

A construção de uma economia com base na justiça e na ética parte de uma compreensão diferenciada de sociedade e da necessidade de estabelecer limites e transformações nos modos de vida que não recaiam apenas sobre os mais pobres, mas envolvam também os responsáveis pela exploração dos recursos naturais e as camadas mais favorecidas, detentoras de renda e poder.

Enquanto a sociedade não assumir o papel de protagonista central na definição de seu futuro e das decisões que envolvem sua comunidade, predominando a exclusão e as desigualdades sociais, será impossível iniciar a caminhada em busca de uma economia com base na ética, valores e princípios da sustentabilidade. Igualmente impossível será restabelecer as relações entre sociedade e natureza.

Em contrapartida, a não construção de um novo paradigma, somado ao crescimento descontrolado do capitalismo, em longo prazo resultará em consequências catastróficas para a humanidade. Ignorar essa necessidade urgente é ignorar um novo projeto de civilização que não rejeita o desenvolvimento econômico, mas prioriza as reais necessidades da população, a preservação ambiental e a justiça social.

6 REFERÊNCIAS

- 1 MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.
- 2 SILVA, M.G. Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010.
- 3 RAMOS, M.H; SILVA, A.I; ATAIDE, S.G (Org.). Desenvolvimento local, saúde e meio ambiente: o impacto dos grandes projetos em Anchieta/ES, na Região Metropolitana da Grande Vitória e em Macaé/RJ. Vitória: EMESCAM, 2009.
- 4 BOFF, L. Desenvolvimento (in)sustentável, 2002. Disponível em: <WWW.leonardoboff.com/site/boff.htm>. Acesso em: 19 maio. 2011.
- 5 BARONI, M. Ambiguidades e deficiências do conceito de desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.32, n. 2, p.14-24, 1992.
- 6 DIEGUES, A.C.S. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. **Perspectiva**, São Paulo, v. 6, n.1-2, p. 22-29, 1992.
- 7 DECLARAÇÃO da Conferência de ONU no Ambiente Humano. Iniciativa: Ministério do Meio Ambiente (MMA), 1972. Disponível em: <WWW.mma.gov.br>. Acesso em: 2 abr. 2011.
- 8 LAYRARGUES, P.P. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito. **Proposta**, n. 71, 1997.
- 9 TAVARES, E.M.F. Avaliação de políticas públicas de desenvolvimento sustentável: dilemas teóricos e pragmáticos. **Holos**, ano 21, p.120-128, 2005.
- 10 BRUNDTLAND, G.H. **Nosso futuro comum**: Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- 11 RATTNER, H. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável. **Proposta**, São Paulo, v. 6. n.1-2, p. 30-33, 1992.
- 12 JUBILEU DO SUL. Banco Mundial Fora do Clima!... e de nossos países. **Contra Corrente**: para quem desafia o pensamento único, Brasília, n.3, p. 16-18, 2011.
- 13 PACKER, L.A. Economia verde impõe preço na natureza. **Contra Corrente**: para quem desafia o pensamento único. Brasília, n.4, p. 6-9, 2012.
- 14 FERN. Projetado para fracassar?: os conceitos, práticas e controvérsias por trás do comércio de carbono. 2011. Disponível em: <WWW.fern.org/projetadoparafracassar>. Acesso em: 7 jan. 2013.

15 DECLARAÇÃO final Cúpula dos Povos na Rio + 20 por Justiça Social e Ambiental: em defesa dos bens comuns, contra a mercantilização da vida. 2012. Disponível em: <WWW.cupuladospovos.org.br>. Acesso em: 12 jul. 2012.

16 PINTO, J.R.L. (Org.). **Ambientalização dos bancos e financeirização da natureza**: um debate sobre a política ambiental do BNDES e a responsabilização das instituições financeiras. Brasília: Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, 2012.

17 GOMES, H; OVERBEEK, W (Org.). **Aracruz credo**: 40 anos de violações e resistência no ES. Vitória, 2011. (Rede Alerta contra o Deserto Verde e Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais).

18 ACSELRAD, H; MELLO, C.C; BEZERRA, G. **O que é Justiça Ambiental?** Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2009.

19 BARKIN, D. et al. **Manifesto ecossocialista internacional**. Brasil, 2003. Disponível em:
<http://www.democraciasocialista.org.br/ds/components/com_docman/dl2.php?archive=0&file=TWfuaWZlc3RvX0Vjb3Nzb2NpYWxpc3RhLnBkZg==> Acesso em: 10 nov. 2011.

20 LOBINO, C.L. **As entidades associativas não governamentais e o monocultivo do eucalipto no Espírito Santo**. 2008. 201 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

21 SCARIM, P.C. **Agricultura e desenvolvimentismo no Espírito Santo**. Vitória, 2011. Disponível em: <<http://www.occaes.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 5 de nov. 2012.

22 LOUREIRO, K. A instalação da empresa Aracruz Celulose S/A e a “moderna” ocupação das terras indígenas Tupiniquim e Guarani Mbya. **Revista Ágora**, Vitória, n. 3, p.1-32, 2006.

23 DEAN, W. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da mata atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

24 COIMBRA, U. Eu não tenho medo da Aracruz. **Século Diário**. Disponível em <WWW.seculodiario.com>. Acesso em: 3 ago. 2011.

25 DALCOMUNI, S.M. **A implantação da Aracruz Celulose no Espírito Santo**: principais interesses em jogo. 1990. 258 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Itaguaí, Rio de Janeiro, 1990.

26 FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL. **Relatório sobre a violação de direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais na monocultura do eucalipto**: a Aracruz Celulose e o Estado do Espírito Santo-Brasil. Vitória: Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional, 2002.

27 BARCELLOS, G.H. **Desterritorialização e R-existência tupiniquim**: mulheres indígenas e o complexo agroindustrial da Aracruz Celulose. 2008. 426 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

28 ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS DO BRASIL. **Impactos da apropriação dos recursos hídricos pela Aracruz Celulose nas terras indígenas guarani e tupinikim**. Vitória, Seção Espírito Santo, 2004.

29 PINTO, R.G. **O poder da crítica**: um estudo sobre a relação empresa e movimentos sociais. 2010. 152 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia de Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia de Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2010.

30 FIBRIA. Relatório sustentabilidade 2012. Vitória, 2013. Disponível em: <<http://www.fibria.com.br/rs2012/pt/>>. Acesso em: 5 mar. 2013.

31 BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas da campanha de 2012**. Disponível em: <WWW.tse.gov.br>. Acesso em: 20 dez. 2012.

32 MEDEIROS, R. A violenta conquista das terras indígenas pela Aracruz Celulose: índio Jovino, testemunha e personagem de uma histórica escrita com sangue, conta o que viu e sofreu. **Século Diário**. Disponível em < www.seculodiario.com.br>. Acesso em 3 mar. 2011.

33 —————. Uma coragem que vem do berço: no DNA dos líderes da retomada das terras indígenas usurpadas pela Aracruz, a marca dos grandes guerreiros. **Século Diário**. Disponível em: < www.seculodiario.com.br>. Acesso em: 3 mar. 2011.

34 GRUPO DE TRABALHO TÉCNICO. **Relatório final de reestudo da identificação das terras indígenas Caieiras Velhas, Pau-Brasil e Comboios**. Portaria n.º 0783/94. Vitória, 1994. Mimeografado.

35 BARCELLOS, G.H (Org.). **Estudo e relatório de impactos em direitos humanos de grandes projetos (EIDH/RIDH)**: o caso do monocultivo de eucalipto em larga escala no norte do Espírito Santo. Vitória: Movimento Nacional dos Direitos Humanos, 2010.

36 FERREIRA, S.R.B. **“Donos do lugar”**: a territorialidade quilombola do Sapê do Norte – ES. 2009. 528 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2009.

37 _____. **Da fartura à escassez**: a agroindústria de celulose e o fim dos territórios comunais no Extremo Norte do Espírito Santo. 2002. 168 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Programa de Pós- Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

38 MEDEIROS, R. **O agitador ecológico**. Rio de Janeiro: Record, 1995.

- 39 FURTADO, F.P (Org.). **O BNDES que temos e o que queremos**: o papel do BNDES no financiamento do desenvolvimento nacional democrático. São Paulo: Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, 2007.
- 40 COIMBRA, U. Prefeito de Aracruz imita antecessor e anuncia novo desvio de água do Rio Doce para a Aracruz. **Século Diário**. Disponível em: < www.seculodiario.com.br>. Acesso em: 7 ago. 2012.
- 41 CARTA pública de denúncia da Certificação FSC da Fibria Celulose S/A. 2012. Disponível em: < <http://www.wrm.org.uy>>. Acesso em: 20 nov. 2012.
42. MARACCI, M. T. A luta indígena e a cidade: a sociedade envolvente. **Revista Geografica**, Vitória, n. 6, p.146-154, 2008.
- 43 BERNARDES, F. Sangue e brutalidade nos eucaliptais da Aracruz Celulose. **Século Diário**. Disponível em: < www.seculodiario.com.br>. Acesso em: 7 ago. 2012.
- 44 COIMBRA, U. Aracruz lucra R\$ 165 mi com terras dos índios e só pagará R\$ 3 mi. **Século Diário**. Disponível em: < www.seculodiario.com.br>. Acesso em: 7 ago. 2012.
- 45 MEDEIROS, M. "Portaria 303 é golpe aos povos indígenas". **Século Diário**. Disponível em: < www.seculodiario.com.br>. Acesso em: 27 dez. 2012.
- 46 _____ Decreto que homologa terras indígenas é um dos mais importantes do governo Lula. **Século Diário**. Disponível em: < www.seculodiario.com.br>. Acesso em: 27 dez. 2012.
- 47 MEDEIROS, M. Apenas um território quilombola foi titulado no País este ano. **Século Diário**. Disponível em: < www.seculodiario.com.br>. Acesso em: 27 dez. 2012
- 48 SOUZA, D. STF adia julgamento do Decreto 4887/2033. **Fundação Palmares**. Disponível em: WWW.palmares.gov.br>. Acesso em: 27 dez. 2012
- 49 MEDEIROS, M. MPF/ES requer R\$ 200 mil de indenização a quilombolas presos arbitrariamente. **Século Diário**. Disponível em: < www.seculodiario.com.br>. Acesso em: 27 dez. 2012.
- 50 SEMINÁRIO AGROECOLOGIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE SAPÊ DO NORTE, 1., 2008, Conceição da Barra. **Relatório**. Conceição da Barra: Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional, 2008.
- 51 SANTOS, R.M. A unidade de produção familiar camponesa como território de resistência à reprodução do capital no campo. **MST**. Disponível em: < WWW.mst.org.br>. Acesso em: 2 mar. 2013.
- 52 COIMBRA, U. Terras devolutas do ES cabem 100 mil famílias sem terra, diz professor. **Século Diário**, Disponível em: < WWW.seculodiario.com>. Acesso em: 5 jul. 2011.

53 CARTA aberta ao governador do Estado do Espírito Santo: comemoração ao Dia Mundial da Alimentação 2012. 2012. Disponível em: <WWW.fase.org.br>. Acesso em: 17 jan. 2013.

54 LIMA, A.R. **Análise da questão agrária no Estado do Espírito Santo**. 2011. 121 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Curso de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2011.

55 FARAH, T. Com Dilma, reforma agrária cai em 2011 e tem a pior marca desde Fernando Henrique. **O Globo**, Disponível em: <oglobo.globo.com>. Acesso em: 20 mar. 2013.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista

- Como se deu o processo de implantação da Aracruz Celulose no Espírito Santo?
- Como era a vida das comunidades indígenas/quilombolas/camponesas antes da implantação da Aracruz Celulose?
- O que você acha que mudou na vida das pessoas após a implantação da Aracruz Celulose?
- Como é a relação da Aracruz Celulose com as comunidades?
- Como você vê o papel do Estado neste contexto?
- E o da mídia?
- E o da Justiça?
- Qual a situação dos movimentos de retomada do território indígena/quilombola?
- O que você acha da situação destes processos hoje?
- O que é desenvolvimento sustentável?
- O que você considera essencial para que as comunidades impactadas recuperem seus modos tradicionais de vida e suas tradições?

APÊNDICE B – Termo de consentimento informado livre e esclarecido

O(a) Sr(a) está convidado a participar de uma pesquisa sobre o caso da Aracruz Celulose no Espírito Santo. O objetivo da pesquisa é abordar os movimentos de resistência ao capitalismo e as consequências do sistema econômico dominante.

A sua participação é voluntária, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a dar as informações. Caso concorde em participar, será entrevistado, com duração prevista de 40 minutos. Essa entrevista será gravada e, após a finalização da pesquisa, ela será deletada, mantendo o sigilo.

Caso decida não participar da pesquisa ou resolva desistir a qualquer momento, o senhor(a) não sofrerá nenhum prejuízo. Solicito sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos científicos e publicar em revistas científicas. Será garantida a privacidade das informações fornecidas, que se manterão em caráter confidencial. Seu nome será mantido em completo sigilo em toda e qualquer situação.

A pesquisadora estará à sua disposição, a qualquer momento, para qualquer esclarecimento que considere necessário. Contato com: Manaira Santos Medeiros (99817073). Comitê de Ética em Pesquisa da Emescam, telefone 3334-3586.

Após esses esclarecimentos, solicito o seu consentimento para participar desta pesquisa e, caso concorde, favor preencher o termo abaixo. O Sr(a) receberá uma cópia desse documento.

Eu, _____

declaro que fui devidamente **esclarecido(a)** e dou o meu **consentimento** para **participar** da pesquisa e para a **publicação** dos resultados.

Vitória, _____ de _____ de 2012.

Assinatura do participante da pesquisa _____

Nome por extenso: _____

Testemunha (caso de analfabeto) _____

Assinatura do pesquisador _____

Nome por extenso: _____

